

LÚCIA MARIA DA GRAÇA RABELO DE ASSUNÇÃO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MERCOSUL NO
SETOR EDUCACIONAL: O CASO DO PROGRAMA MARCA**

LÚCIA MARIA DA GRAÇA RABELO DE ASSUNÇÃO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MERCOSUL NO
SETOR EDUCACIONAL: O CASO DO PROGRAMA MARCA**

Trabalho de conclusão de curso de
especialização em Relações Internacionais
para a Universidade de Brasília,
apresentado como requisito parcial
à obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais

Orientador:
Professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva

Brasília
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Assunção, Lúcia Maria da Graça Rabelo,
Cooperação Internacional do MERCOSUL no Setor Educacional: o caso do
Programa MARCA

Lúcia Maria da Graça Rabelo Assunção Orientador:

José Flávio Sombra Saraiva – Brasília, 2009.

60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de

Relações Internacionais / Universidade de Brasília.

Curso de Especialização em Relações Internacionais.

1. MERCOSUL; 2. Cooperação internacional 3. Educação e Relações
Internacionais 4. Programa MARCA

Aos meus pais que sempre valorizaram a riqueza do conhecimento.
Ao meu marido, pela compreensão, respeito e amor às minhas iniciativas na vida.

AGRADECIMENTOS

Ao renomado Pesquisador e Professor Doutor Antônio Carlos Lessa pela grande generosidade em compartilhar seus conhecimentos para meu crescimento profissional.

Ao Professor Doutor Flávio Sombra Saraiva por ter orientado meus estudos de forma dedicada e exigente, para que meu trabalho refletisse o melhor que me foi possível realizar.

À Professora Doutora Ana Flávia Granja e Barros Platiau pelo incentivo constante e confiança em minha capacidade de realização.

A Celi Oliveira por seu apoio decisivo para a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos da UnB pelas demonstrações de incentivo, carinho e apoio.

RESUMO

Este estudo apresenta o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), e avalia o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Reconhecidas (MARCA), entre 2006 e 2008, e verifica as principais ações do Brasil como agente na formulação e na implementação das políticas adotadas pelo Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), por meio do Programa MARCA. Focalizou-se nos seguintes objetivos específicos: avaliação da reafirmação da Política Externa na área de Educação como fórmula positiva para fortalecer a Cooperação Internacional do MERCOSUL; verificação da implantação de uma Política de Formação de Recursos Humanos entre as Instituições de Ensino Superior do Bloco; verificação da promoção do desenvolvimento da integração regional. A autora, da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) da UnB, notou uma expansão de temas e de atores da política externa brasileira para o MERCOSUL, bem como uma incipiente transformação do viés econômico das negociações iniciais do MERCOSUL cedendo espaço a novas iniciativas por parte de novos atores – o SEM e o MARCA, e nova atuação dos Ministros de Educação dos Estados Partes. A iniciativa conjunta da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação, efetivando o Plano de Ação, de 2006, priorizou o MARCA, quando, no segundo semestre de 2006, convidou para participar de 03(três) universidades brasileiras: Universidade de Brasília, Universidade de Viçosa e Universidade Estadual de Londrina e 05(cinco) universidades estrangeiras dos Estados Partes: Uruguai, Argentina e Chile, Paraguai, deram início ao MARCA. As universidades brasileiras receberam 14(quatorze) alunos estrangeiros e encaminharam 14(quatorze) brasileiros. É uma análise documental do MARCA, de caráter descritivo e explicativo, com documentos de fontes primárias e secundárias do SEM e do MARCA. Os resultados mostram que os avanços são bem incipientes, mas pode-se dizer que o MARCA está sendo consolidado, embora necessite de mais divulgação entre o corpo docente e discente das universidades de todos os Estados Partes e mais tempo de maturação com avaliação periódica para os ajustes necessários.

Palavras-chaves: MERCOSUL, Cooperação Internacional, Educação.

ABSTRACT

This study presents the educational sector of the Common Market of the South (MERCOSUR), evaluates the Program of Regional Academic Mobility of Recognized Careers (MARCA), between 2006 and 2008, and verifies Brazil's main actions as an agent in formulating and implementing policies which were adopted by Mercosur's educational sector (SEM) through the MARCA Program. The study focuses on the following specific goals: evaluating the reinforcement of the foreign policy in the educational area as a positive way of strengthening Mercosur's international cooperation; verifying the process of implementing a human resources formation policy among the universities of Mercosur member countries; and verifying the promotion of regional integration. The author of the present work, a member of the University of Brasília's Foreign Affairs Office, perceived an expansion of different themes and actors of the Brazilian foreign policy in regard to Mercosur, as well as an incipient transformation of the early MERCOSUR economy-oriented negotiations. This change allowed new initiatives taken by new actors – SEM and MARCA, a new attitude on behalf of the Education Authorities of the member countries. The action carried out by the Brazilian Ministry of Education in 2006 prioritized MARCA by inviting three Brazilian universities to join the program: University of Brasília, University of Viçosa, and the State University of Londrina, as well as five Mercosur member state universities: Uruguay, Argentina, Chile, and Paraguay gave birth to MARCA. The Brazilian institutions hosted 14 foreign students and sent the other Mercosur member state universities 14 of its students. This research draws a documental analysis of MARCA, from a descriptive and explicative perspective, with documents from primary and secondary sources of SEM and MARCA. The results show that the progress made are still incipient, though it can be said that MARCA is being consolidated, in spite of the necessity of making the program known among the body of professors and students of all Mercosur member states as well as the need of giving its maturing process more time, with regular evaluation and the necessary adjustments.

Keywords: MERCOSUL, International Cooperation, Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL	18
1.1 Cooperação Internacional e o MERCOSUL	18
1.2 Criação do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM)	23
1.3 Implantação, Trajetória e Integração Regional do SEM	24
1.4 Principais Planos para o Setor Educacional do MERCOSUL	28
1.5 Plano do Setor Educacional do MERCOSUL (2006-2010)	31
CAPÍTULO 2 – MARCA: PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA REGIONAL	38
2.2 Programa MARCA: características, objetivos e resultados esperados	38
2.3 Programa MARCA e seus mecanismos, obrigações e funcionamento	43
CAPÍTULO 3 – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA MARCA	52
CONCLUSÕES	55
FONTES PRIMÁRIAS	57
BIBLIOGRAFIA	59
ANEXO: Universidades no Programa MARCA e Cursos Credenciados	61

LISTA DE FIGURA, QUADRO E TABELA

FIGURA: Estrutura do Setor Educacional do MERCOSUL -----	26
QUADRO : Inserção Solitária X Integração para o Desenvolvimento -----	14
TABELA1: Etapas Evolutivas do MERCOSUL -----	12

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA.– da Área de Livre Comércio Sul-Americano
BM – Banco Mundial
CAFEM – Comitê Assessor do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL
CCR – Comitê Coordenador Regional
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CMC – Conselho do Mercado Comum
CRC – Comissões Regionais Coordenadoras de área (ed. básica, tecnológica e superior)
FEM – Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL
GGP – Grupos Gestores de Projetos
IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
MARCA – Programa de Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Reconhecidas
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MEXA – Mecanismo Experimental de Acreditação de cursos de Graduação no MERCOSUL
MRE – Ministério das Relações Exteriores
ONG's – Organizações Não-governamentais
Organização Mundial do Comércio – OMC
RME – Reunião de Ministros de Educação
SEM – Setor Educacional do MERCOSUL
SESu – Secretaria de Ensino Superior
SIC – Sistema de Informações

INTRODUÇÃO

A construção do MERCOSUL surgiu de uma concepção geopolítica do Rio da Prata e iniciativas do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O Brasil e a Argentina idealizaram um acordo de integração bilateral gradual em 1985 e, em 26 de março de 1991, o MERCOSUL – Mercado Comum do Sul – tornou-se a União Aduaneira entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O projeto do MERCOSUL tem como objetivo fomentar o livre comércio, o desenvolvimento econômico, diminuir as desigualdades sociais e gerar empregos de acordo com a tradição das Escolas de Manchester e de Chicago. O MERCOSUL, criado pelo Tratado de Assunção, seu instrumento jurídico, assinado pelos países membros, emergiu como personalidade de direito internacional após a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994.

Em 2000, segundo Jaguaribe, os países do MERCOSUL tinham uma população de 215 milhões de habitantes, com PIB de US\$ 1.200 bilhões, e o comércio externo era muito modesto, por volta de US\$ 174 bilhões, ou 1,3% do comércio mundial (JAGUARIBE, apud HUGUENEY FILHO e CARDIN, p. 173, 2003). Mas este valor era de apenas US\$ 103 bilhões em 1993. E o mesmo autor afirma que na época o que importava eram as exportações intrazonais, que entre 1991 a 2000, deram um salto de mais de 10%. Entretanto, a assimetria do Brasil, com cerca de 77% da população e 66% do PIB era compensada por sua posição de principal importador dos outros três Estados. Jaguaribe (JAGUARIBE, p. 174, 2003) percebia o MERCOSUL como o principal instrumento de preservação dos interesses regionais no sistema internacional.

Para o mesmo autor, no início dos anos 2000, uma nova ordem mundial estava estabelecida com uma destacada preponderância norte-americana, muito beneficiada pelo então processo de globalização, resultado do progresso tecnológico e de sua universalização, e ocorreu, na prática, o que se pode chamar de americanização do mundo. Mas ele também chamou atenção para as altas taxas de desenvolvimento da China, e reafirmou a importância do MERCOSUL como instrumento de proteção dos interesses de suas Partes da devastadora supercompetitividade das economias dominantes. Ele apontou como principais benefícios do MERCOSUL:

1) consistente preservação, por cada país membro, de seu projeto autônomo; 2) reformulação do MERCOSUL, como sistema, de sorte a dar-lhe satisfatória institucionalidade e reorientá-lo para a otimização econômica de seus partícipes; 3) ampliação do MERCOSUL para outros países sul-americanos, não ingresso de seus partícipes na ALCA e formação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americano – ALCSA. (JAGUARIBE, apud HUGUENEY FILHO e CARDIN, p. 179-82, 2003).

Jaguaribe conclui seus pensamentos sobre o MERCOSUL afirmando a necessidade de sua reformulação, ampliação e consolidação e de torná-lo um sistema de otimização econômica para suas Partes, com uma política industrial comum, e mantendo um esforço contínuo até adotar uma moeda comum, com uma recusa total em relação a ALCA, e com a criação e consolidação da Área de Livre Comércio Sul-Americano – ALCSA.

Os grandes marcos evolutivos do MERCOSUL podem ser balizados em três etapas com características muito específicas, cuja a participação dos maiores países, Brasil e Argentina, teve uma significativa repercussão sobre o bloco.

Na primeira etapa, da segunda metade dos anos 80 a meados dos anos 90, aconteceu uma importante aproximação entre a Argentina e o Brasil, que se firmou em uma grande quantidade de acordos bilaterais setoriais e na própria constituição e consolidação do MERCOSUL, com a adesão do Paraguai e do Uruguai.

Tabela 1 - Etapas Evolutivas do MERCOSUL

1º Etapa	Existe um simultâneo crescimento econômico, comercial e institucional intra-bloco no MERCOSUL. Todos os países do bloco tiveram importantes desempenhos macroeconômicos. Os fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) nos países do MERCOSUL são elevados, diante das reformas estruturais e privatizações que marcaram a abertura de suas economias no período.
2º Etapa	Existe uma retração econômica e comercial e um estancamento na progressão institucional do MERCOSUL. Diante de uma subsequente crise nos mercados emergentes, todos os países do bloco tiveram desempenho macroeconômico negativo e uma significativa reversão dos fluxos de IDEs, embora de forma assimétrica. Argentina e Uruguai tiveram maior instabilidade do que Brasil e Paraguai. Os capitais externos abandonam a região e se concentram nos países do Leste Asiático.
3º Etapa	Existe uma retomada da expansão econômica do MERCOSUL, com um novo perfil de crescimento comercial extra-bloco e sem grandes avanços institucionais. Todos os países têm melhores indicadores macroeconômicos diante da retomada da liquidez internacional. Com o fim da crise internacional e o fim das privatizações nos países do MERCOSUL, há um reingresso paulatino dos fluxos de capitais externos a um nível comparável à 1ª etapa.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Sica (2006).

De uma primeira etapa positiva, a partir de 1998, o MERCOSUL passou a uma segunda etapa, em que houve um retrocesso comercial e uma paralisia institucional do bloco diante da crise internacional que afetou bruscamente os países da América Latina e o Brasil, culminando na desvalorização brasileira que criou uma série de *spill-over* negativos que repercutiram nos balanços comerciais e no câmbio dos outros países do bloco, em especial da Argentina, o que veio a agravar os seus problemas que apareceriam explicitamente em uma profunda crise em 2001.

Atualmente, verifica-se que muito já foi realizado desde a criação do MERCOSUL, mas há ainda muito trabalho para sua real consolidação e, segundo o Professor de História da América Latina, da Universidade Católica do Uruguai e do Instituto Artigas do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, Alberto Methol Ferré,

O sucesso dessa tarefa depende da participação popular e, particularmente, da mobilização da juventude. Para esse fim, o autor propõe, entre outras medidas, maior intercâmbio dos estudantes da região, a inclusão de um curso de História Contemporânea (com ênfase na América Latina e no MERCOSUL) no currículo universitário e a realização de Congressos Estudantis do MERCOSUL. (FERRÉ, apud HUGUENEY FILHO e CARDIN, p. 99-115, 2003).

Para Sombra Saraiva (SOMBRA SARAIVA, 2003, p.15), cultura, integração e indústria podem vir a ser dimensões que, se articuladas de maneira adequada, permitirão abrir uma triangulação nova e original no MERCOSUL. O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) é um dos articuladores dessa nova triangulação, por meio de suas ações de integração, destacando o sentido de autoconsciência histórica do qual o MERCOSUL deve ser o portador.

Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de uma relação entrelaçada entre cultura e indústria cultural, a qual deve ser a responsável pela construção da identidade entre os povos da região, por meio do diálogo e da pluralidade de ações. Para o mesmo autor, já existe um patrimônio cultural conquistado pelo Bloco, mas ainda não há um projeto estratégico na área cultural (SOMBRA SARAIVA, apud ALVAREZ, p. 15-23, 2003). Segundo MONETA, na mesma obra, as propostas de integração do MERCOSUL devem ter como base um compromisso com a cultura de cada Parte, e a geração de emprego e renda, para assim construir um desenvolvimento em base sólida (SOMBRA SARAIVA, apud MONETA, p. 166-169, 2003). Para o Reitor da Universidade da República do Uruguai, AROCENA,

uma revolução silenciosa e profunda vem crescendo nas últimas décadas. Desde as origens da civilização, caracterizada em primeiro lugar pelo surgimento da escrita, o acesso às formas cambiantes de educação superior tem estado reservado a minorias, pequenas, pequeníssimas...

No mundo predominantemente analfabeto das sociedades agrárias, alguns poucos países iniciaram o ensino elementar a partir do século XVIII... avançaram pela senda da industrialização ou que mais tarde a percorreram com velocidade notável. A correlação não é só casualidade, mas entre educação e desenvolvimento ela sempre se mostrou bastante sólida (Projeto Raúl Prebisch, DEP, n.9, p. 211-215, 2009).

O mesmo autor continua seu pensamento sobre as dificuldades e possibilidades dos países pequenos (não apenas geograficamente) afirmando que o pensador uruguaio Carlos Real de Azúa já havia expressado a visão de que as condições sociais da transformação tecnológica contemporânea supõem não apenas dificuldades, mas também possibilidades para os países pequenos, porém somente caso sejam capazes de articular esforços de atores que, obviamente, incluem o setor público e o empresariado, mas não se reduzem a estes, porque devem abranger trabalhadores, técnicos, educadores e outros atores da sociedade civil (Projeto Raúl Prebisch, DEP, n.9, p. 215-216, 2009).

Ele chama a atenção que há de se pensar e agir no MERCOSUL em “uma integração para o desenvolvimento”, pois isso abriria possibilidades para a expansão das capacidades, ainda que não se mantenha a bonança externa.

No Quadro 1, esse pensamento é mostrado de forma muito clara:

QUADRO 1: Inserção solitária X Integração para o desenvolvimento

	Inserção solitária	Integração para o desenvolvimento
Conjuntura externa desfavorável	Desigualdade em aumento e crescimento lento	Expansão das capacidades num contexto de dificuldades
Conjuntura externa favorável	Igualdade reativa e crescimento com escasso desenvolvimento	Igualdade proativa, crescimento rápido com desenvolvimento autêntico.

Fonte: Projeto Raúl Prebisch, DEP, n.9, p. 229, 2009.

O problema a ser analisado no presente estudo é a cooperação internacional do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), por meio da avaliação do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Reconhecidas – MARCA, no período de 2006 a 2008, seus desafios e perspectivas. A principal pergunta a ser respondida é: quais as atribuições do Brasil na formulação e na implementação das políticas adotadas pelo Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), por meio do MARCA?

Atualmente há uma rede institucional que reúne a América do Sul no formato de um triângulo cuja base é o MERCOSUL, e os vértices são: 1) Comunidade Andina – uma organização sub-regional integrada por cinco países: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela – um facilitador para a criação de uma zona de livre comércio e de vários acordos assinados com o MERCOSUL; e 2) União das Nações Sul-Americanas, formada por doze países sul-americanos: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela, para propiciar a integração entre os países da América do Sul nas áreas econômica, social e política com expectativa de cooperação nos segmentos da educação, cultura, infra-estrutura, energia, ciências e finanças.

O objetivo geral desta monografia é apresentar o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) e avaliar o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Reconhecidas – MARCA, entre 2006 e 2008, para verificar quais as principais ações do Brasil como agente na formulação e na implementação das políticas adotadas pelo Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), por meio do Programa MARCA.

Para nortear este estudo, serão verificados os seguintes objetivos específicos: avaliação da reafirmação da Política Externa na área de Educação como fórmula positiva para fortalecer a Cooperação Internacional do MERCOSUL; verificação da implantação de uma Política de Formação de Recursos Humanos entre as Instituições de Ensino Superior do Bloco; verificação da promoção do desenvolvimento da integração regional.

A autora do estudo trabalha há duas décadas na Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) da Universidade de Brasília (UnB), e observou um incipiente movimento de expansão de temas e de atores da política externa brasileira para o MERCOSUL. Além disso, verificou também como o viés econômico das negociações iniciais do MERCOSUL está cedendo espaço a novas iniciativas por parte de novos atores – o SEM e o MARCA, foco do estudo proposto por ela.

Chamou sua atenção o movimento da Secretaria de Ensino Superior (SESu), do Ministério da Educação, pelo destaque dado ao Programa de Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Reconhecidas – MARCA, no segundo semestre de 2006, com a participação de 03(três) Universidades Brasileiras: Universidade de Brasília, Universidade de Viçosa e Universidade Estadual de Londrina e 05(cinco) Universidades Estrangeiras dos seguintes Países: Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai. As Universidades Brasileiras receberam 14(quatorze) alunos estrangeiros e encaminhou 14(quatorze) brasileiros.

Assim, concluiu ser necessária uma análise documental das atividades do MARCA, pois, embora haja importantes projetos em fase de execução, alguns estudos afirmam que os avanços são muito lentos e a divulgação destes é muito fraca (*Plano de Ação 2006-2010*, p. 6, 2006). Este estudo pretende fazer uma análise sobre os resultados do MARCA, entre 2006 e 2008.

Como metodologia foi escolhida a abordagem qualitativa, pois o estudo será realizado por meio da análise documental, de caráter descritivo e explicativo, tendo como contexto da pesquisa os documentos de fontes primárias e secundárias do SEM e do MARCA.

Para Richardson (RICHARDSON, p. 10, 1999) a análise de conteúdo dos documentos deve se caracterizar pela objetividade, sistematização e inferência, e é mais adequada para estudar material de tipo qualitativo. Para tanto, é necessária uma primeira leitura de todo o material para organizar as idéias e depois analisar os elementos e as regras que as determinam. Para Bardin (BARDIN, p. 45, 1979), a análise documental deve ser eficaz, rigorosa e precisa, para compreender um discurso, aprofundar suas características e extrair os aspectos mais relevantes. Foram coletados os documentos produzidos por instâncias distintas, priorizando as fontes primárias, especialmente em documentos jurídico-legais emitidos pelas reuniões e pelas conferências do MERCOSUL, pelo SEM e pelo MARCA, além dos documentos do MRE, disponibilizados no portal oficial do MRE, do MERCOSUL, do SEM e do MARCA, e dos livros e artigos acadêmicos, citados nas Referências.

A Monografia é apresentada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a criação do MERCOSUL e do SEM e seus principais planos para o desenvolvimento da cooperação e integração regional da América do Sul, por meio da implantação de uma política de integração entre as instituições de ensino superior do Bloco. O segundo faz um detalhamento do Programa MARCA. O capítulo três é dedicado à avaliação

institucional do Programa MARCA. Por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa, bem como alguns dos desafios do Programa MARCA – como fórmula positiva para fortalecer a cooperação internacional do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM).

CAPÍTULO 1

SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL (SEM)

1.1 Cooperação Internacional e o MERCOSUL

A crise do petróleo no início da década de 70 foi uma das principais alavancas para que o meio político e acadêmico dos países da América do Sul e Caribe comesçassem a olhar para as nações vizinhas como possíveis aliadas, mesmo sem uma visão clara de que as diferenças culturais poderiam causar obstáculos difíceis de transpor, mas começaram a perceber que detinham uma força maior ao atuarem em conjunto. Mas esta nova visão, cristalizada pela crise do petróleo na década de 70, começou a ser delineada na década de 50 com a formação da Comunidade econômica europeia – CEE, no cenário de bipolaridade mundial. Teve, assim, início uma nova forma de pensar e agir, que, de um movimento incipiente, tornou-se, na década de 80, um mecanismo oficial visível em diversas regiões – o regionalismo econômico entre nações.

Para Vaz (VAZ, Alcides C., 2002, p.23) o regionalismo econômico pode representar um importante papel definidor do sistema econômico internacional. E foi por meio dele que começou a se formar, na década de 80, o pensamento e a construção de um bloco econômico na América do Sul, com efetivas trocas comerciais que levaram a uma nova conformação dos cenários políticos, econômicos e sociais da Região, bem como a mudança de comportamento de atores do plano doméstico e internacional.

Para Cervo, “o triunfo do capitalismo sobre o socialismo soviético em 1989 deu impulso à globalização em sua dimensão horizontal e vertical” (CERVO, A. L., 2002, p.1). Ele sustenta que três fatores levaram a um reordenamento das relações internacionais: a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos.

A globalização engendrou nova realidade econômica caracterizada pelo aumento do volume e da velocidade dos fluxos financeiros internacionais, pelo nivelamento comercial em termos de oferta e demanda, pela convergência de processos produtivos e, enfim, pela convergência de regulações nos Estados.

Essa tendência histórica deparou-se, entretanto, com duas outras, uma que a continha e outra que a embalava: a formação de blocos econômicos e a nova assimetria entre o centro do capitalismo e sua periferia. (CERVO, A. L., 2002, p.1-2)

Observa, o mesmo autor, que a primeira fase do regionalismo na América do Sul iniciou-se nos anos 50 e 60, quando a Europa começava o processo de construção da União Européia e a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe liderava o pensamento sobre ao desenvolvimento da região latino-americana, usando a estratégia de que o desenvolvimento baseava-se no modelo de Substituição de Importações (SI). Então, passou-se a considerar a integração regional como meio de se alcançar economias de escala. Mas Cervo enfatiza que “dois obstáculos que impediriam esse modelo de alcançar o êxito: o tamanho limitado dos mercados internos e a não construção de uma integração física” (2002, p.1-2).

Em meados da década de 1980, a maioria dos países na América do Sul já havia abandonado o modelo de Substituição de Importações e adotado a promoção das exportações, a liberalização do mercado, a privatização, a democracia, a adoção de políticas para atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e em uma segunda geração de integração, o regionalismo aberto (CERVO, A. L., 2002, p.1-2)

Senhoras & Silva Vitte (2006, p. 2) caracterizam uma *integração regional transnacional* como processos multifacetados de formação de blocos de países que compartilham os mesmos valores ou objetivos, a partir de ações engendradas pela lógica econômica do mercado e/ou dos Estados-Nações soberanos, ao estabelecerem voluntariamente instituições para governança coletiva.

Vaz (2002, p. 23) acrescenta a formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), seguida pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o Mercado Comum Centro Americano e o Pacto Andino. Estas foram as principais iniciativas de integração da América Latina. Porém, em meados da década de 80, o regionalismo econômico voltou a ser a estratégia das grandes potências, até mesmo dos Estados Unidos, que se tornou o principal ator a tomar a iniciativa de acordos com diversos países.

Observa-se, na segunda onda regionalista, a multiplicação dos acordos comerciais regionais, como consequência do processo de revitalização dos antigos acordos e do surgimento de novos acordos. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado em 1991 tornou-se o exemplo clássico dos novos acordos regionais.

Anterior à efetivação do MERCOSUL, várias intenções já haviam sido promovidas ao longo do século XX, tais como os esforços do Barão de Rio Branco e de Roque Saenz Peña para a criação do Pacto ABC (Argentina-Brasil-Chile), o acordo Ruiz Guiñazú-Osvaldo Aranha, a retomada das idéias do ABC com os presidentes Perón e Vargas ou a nova iniciativa integradora dos presidentes Frondizi e Quadros.

Apesar de serem propostas estimulantes, nenhuma dessas intenções de integração enumeradas chegaram a se concretizar, algumas vezes devido à interferência estrangeira, outras vezes devido a problemas políticos ou econômicos internos SENHORAS & SILVA VITTE (2006, p. 3).

A criação do MERCOSUL deu-se por meio da assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, pelos quatro Estados Partes – a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Desde então, várias nações da América do Sul foram se associando às quatro primeiras, como fruto de uma série de diálogos positivos, na seguinte cronologia:

República do Chile – 1996;

República da Bolívia – 1997;

República do Peru – 2003;

República da Colômbia – 2004;

República do Equador – 2004;

República Bolivariana da Venezuela – 2004.

Em 9 de maio 1996, pelo DECRETO Nº 1.901, foi promulgado o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994).

O MERCOSUL é composto por Estados nacionais, governados por representantes eleitos em regimes democráticos, que nos últimos anos têm ampliado o estudo e a execução de políticas sociais, para fazer frente a um padrão de desenvolvimento periférico e dependente das economias centrais que vigora desde o início do processo de industrialização.

Este padrão de desenvolvimento concentrador de renda levou a América do Sul, nas últimas décadas, a conviver com constantes crises em suas economias, com a paralisação das atividades industriais ou redução destas à ramos tradicionais, com casos da desindustrialização e de retorno à vocação agrário-exportador, gerando o aumento de problemas sociais como o desemprego estrutural em massa, o subemprego e o crescimento da economia informal.

Ainda assim, a despeito do quadro de dificuldades pela qual passa a Região, o refluxo da luta sindical e social tem sido sintomático nas formações sociais que a compõem. Entretanto, alguns casos apresentam certa organização por parte das classes dominadas, com uma considerável abrangência social, em especial na luta pela reforma agrária e nos movimentos étnicos, como o de negros e indígenas.

Cervo observa que os acordos dos anos oitenta correspondiam a um projeto neoestruturalista de integração, estratégico do ponto de vista econômico e político. Mas com o Tratado de Assunção de 1991, que criou o MERCOSUL, a integração industrial e o desenvolvimento deram lugar a um intercâmbio econômico mais dinâmico com um regionalismo mais aberto. O autor afirma que desde esta época, interna e externamente, a estratégia foi concebida para o comércio.

A entrada em vigor da Tarifa Externa Comum em 1995, se criou o segundo mercado comum do mundo, aprofundou as contradições do processo, agravadas pela desvalorização do real em 1999 e pela crise de insolvência da Argentina em 2001. Nesse ano, recuava-se em sua implantação e estabeleciam-se mecanismos que comprometiam a própria zona de livre comércio. Apesar disso, o MERCOSUL recolheu a adesão como membros associados de Chile e Bolívia e o pedido da Venezuela. Encetou negociações bilaterais sob a fórmula *quatro mais um* com parceiros externos como os Estados Unidos em 1991 e coletivas como os acordos com a União Européia e a Comunidade Andina. ...Os resultados positivos do processo de integração do Cone Sul foram concretos e de profundo alcance histórico para a vida dos povos (CERVO, A. L., Rev. Bras. Pol. Int. vol. 45 n. 1, Brasília jan/jun. , p. 67, 2002).

Em 1994, o MERCOSUL tornou-se sujeito de direito internacional pelo Protocolo de Ouro Preto de, passando a negociar na arena internacional. A XX Cúpula (Assunção 2001) instituiu um mecanismo coletivo de negociação, e, também, o arcabouço jurídico do bloco com 500 páginas de documentos normativos relativos às seguintes esferas: antecedentes, integração, consulta e solução de controvérsias,

certificação de origem, comércio e aduana, regimentos, relacionamento externo, justiça, educação e cultura, regulamentos técnicos, o que pode ser visto como um obstáculo.

Como segundo mercado comum do mundo e havendo queimado etapas em sua construção, o MERCOSUL produziu externamente uma imagem positiva acima da própria realidade e fortaleceu seu poder de barganha como bloco e o de seus membros isoladamente. Esse processo alavancou a idéia de América do Sul, que tomou forma na proposta de criação de uma zona de livre comércio, na Cúpula de Brasília de 2000, nas negociações entre MERCOSUL e Comunidade Andina e, enfim, no controle, sob liderança brasileira, do ritmo e da natureza do processo de criação da ALCA, como se observou na Cúpula hemisférica de Quebec de 2001 sobre o tema.

As conquistas do MERCOSUL convivem com suas fraquezas no processo de integração. Segundo Cervo é possível destacar seis:

- 1) Distintas visões de mundo e políticas exteriores não convergentes minaram a negociação coletiva e as relações entre os membros. Concepções de globalização benéfica ou assimétrica, de desenvolvimento autônomo ou dependente, atitudes de subserviência ou divergência diante dos Estados Unidos e idéias sobre segurança global colocaram em linha de choque as diplomacias de Brasil e Argentina.
- 2) A recusa de sacrificar a soberania nas políticas públicas internas e externas impediu a coordenação de políticas macroeconômicas e a negociação coletiva em foros como OMC, FMI, BM, UNCTAD e OCDE.
- 3) Havendo sacrificado o propósito de robustecer o núcleo econômico nacional, o processo de integração elegeu o comércio exterior como núcleo forte. Os membros do grupo adotaram, contudo, medidas unilaterais, desmoralizando o mecanismo da tarifa externa comum que haviam implantado.
- 4) O MERCOSUL engendrou um processo de integração assimétrico que não criou mecanismos de superação de desigualdades entre os membros e, no interior destes, entre zonas hegemônicas e periféricas, como sucedeu com o processo europeu. Frustrou, portanto, a expectativa de elevar o nível social do conjunto.
- 5) A incompatibilidade das políticas cambiais entre os dois grandes parceiros do bloco – a Argentina com a paridade entre o peso e o dólar e o Brasil com seu câmbio flexível – provocou desconfianças e inúmeros contenciosos comerciais.
- 6) Ao elevar-se da condição de zona de livre comércio para a de união aduaneira sem instituições comunitárias, o MERCOSUL criou a contradição de essência. Enfraqueceu a negociação internacional, feita pelos Estados, e manteve o processo negociador interno extremamente

complexo, visto ser necessário acionar a cada decisão quatro processos decisórios autônomos (*Ibid.*, p.68).

Uma das alternativas para o enfrentamento da crise econômica mundial, e que afeta a América do Sul, tem sido a consolidação dos setores educacionais dos Blocos regionais, como o do MERCOSUL – o SEM.

1.2 Criação do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM)

No MERCOSUL, a década de 1990 foi palco dos primeiros planos de Educação voltados para a integração dos Estados Partes desse Bloco.

O estudo dos planos educacionais do SEM e do Programa MARCA são relevante para desvelar os aspectos da política educacional que sustenta o projeto de integração do MERCOSUL, enunciando os fundamentos teóricos que faz da teoria do capital humano um dos suportes ideológicos de uma das principais políticas sociais em elaboração e execução dos Estados Partes deste bloco, isto é, a Educação.

A análise das políticas educacionais, no âmbito da América do Sul, não é algo novo, muito anterior ao surgimento do SEM (URQUIDI, p. 379, 1983). Um estudo abrangente foi realizado por NORBERTO FERNANDEZ LAMARRA e INÊS AGUERRONDO (1983), para caracterizar o planejamento educacional na América do Sul nas décadas de 1960 e 1970, quando se analisou mais de vinte planos educacionais de doze países sul-americanos, entre eles os países que hoje compõem o MERCOSUL, exceção feita ao Paraguai.

O primeiro aspecto destacado pelos pesquisadores citados acima é o forte grau de descontinuidade dos planos nacionais, acentuada pela fragmentação operacional em sua execução e pela interrupção e redirecionamento que as trocas de governos implicavam, em uma região que no período estudado apresentou um quadro de aguerrida luta política. (LAMARRA e AGUERRONDO, p. 110, 1983).

A pesquisa revelou ainda que, apesar das diferenças já esperadas em função das prioridades de cada nação, verificou-se certa homogeneidade quanto aos objetivos propostos nos planos, destacando a “universalização do ensino primário, a extensão da obrigatoriedade escolar e a necessidade peremptória da alfabetização” (LAMARRA e AGUERRONDO, p. 111, 1983).

Os planos nacionais buscavam enfatizar a igualdade de oportunidades educacionais, o que é totalmente previsível, já que em uma sociedade de classes não é possível a igualdade econômica. Em função disso o discurso governamental se dava pelo compromisso com a expansão do sistema formal, a partir da elevação quantitativa da oferta de serviço escolar.

Apesar dos referidos planos defenderem a educação como necessária e indispensável para o desenvolvimento econômico, os dois pesquisadores lembram que as medidas programáticas acabaram resultando em propostas irreais, já que os governos desconsideraram a disponibilidade de recursos existentes e subestimaram o tempo necessário para a execução das políticas educacionais apresentadas, ou seja, os governos dos países sul-americanos não privatizaram na totalidade setores estratégicos que se acreditava serem os promotores do desenvolvimento. A Educação, devido aos reclames dos movimentos de classe e pelo seu caráter estratégico, mesmo naquilo que foi privatizada, não saiu do controle do Estado, uma vez que a elaboração de planos de governo, a aprovação de leis e diretrizes, a execução de avaliações nacionais por nível de ensino, e a determinação de conteúdos curriculares a serem ministrados aos alunos e às instituições formadoras de professores e especialistas da Educação, independentemente de tratar-se da rede pública ou privada, estão sob o controle do Estado.

A assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, propôs uma integração comercial para a região, mas focalizou também um projeto comum de desenvolvimento para a América do Sul, o que exigia uma integração das instâncias econômica, política, cultural e social. Isto apenas é possível no alcance de uma integração dos sistemas educacionais e das políticas aplicadas a estes, eliminando a descentralização e desarticulação educacional que compõe o quadro da Educação sul-americana. Por meio do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) foi criado o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Reconhecidas – MARCA, para formular e implementar as políticas a serem adotadas pelo Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), além de outros semelhantes.

1.3 Implantação, Trajetória e Integração Regional do SEM

As questões sobre Educação foram levantadas quando se verificou a necessidade de reconhecimento de diplomas e certificados de cursos de graduação e pós-graduação

entre os Estados Partes. Então, em 1994, pelo Dec. Nº 4/94, o Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio, e pelo Dec. Nº 7/95, o Protocolo de Integração Educativa e Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico foram ambos incorporados pelos quatro Estados Parte, que ressaltaram a importância da educação para o processo de integração.

Também concordaram que os estudos de educação fundamental e a validade dos certificados seriam reconhecidos. Além de reconhecerem os estudos de nível médio técnico, revalidaram os diplomas, certificados e títulos, segundo os critérios expressos na norma.

Em 1996, foi aprovado o Dec. Nº 8/96, o Protocolo de Integração Educativa para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Parte do MERCOSUL, ratificado por todos os Estados Partes, no qual ficou acordado o reconhecimento também dos títulos universitários, apenas para o prosseguimento de estudos de pós-graduação.

O reconhecimento de títulos de graduação e de pós-graduação, apenas para o exercício de atividades de docência, pelo Dec. Nº 4/99 “Acordo de Admissão de Títulos e Graduação Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL”, só foi incorporado pela Argentina.

Outras decisões, como a Nº 9/96, o Protocolo de Integração Educativa para a Formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do MERCOSUL, a Nº 5/99, o “Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a do Chile”, e a Nº 26/02 os “Acordos Emanados da XXIII Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL, Bolívia e Chile”, também tratam o tema da Educação no MERCOSUL.

Em um documento de 17 de dezembro de 1991, em Brasília, institucionalizou-se a Reunião de Ministros de Educação (RME) dos Estados Partes e criou-se o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), com o objetivo de orientar e coordenar as políticas educacionais a serem efetivadas a partir daquele momento pelos governos do Bloco.

A Reunião de Ministros de Educação (RME) é a instância máxima para a tomada de decisão do SEM, pois é a responsável pela definição das políticas que serão implementadas na área educativa para apoiar o processo de integração regional.

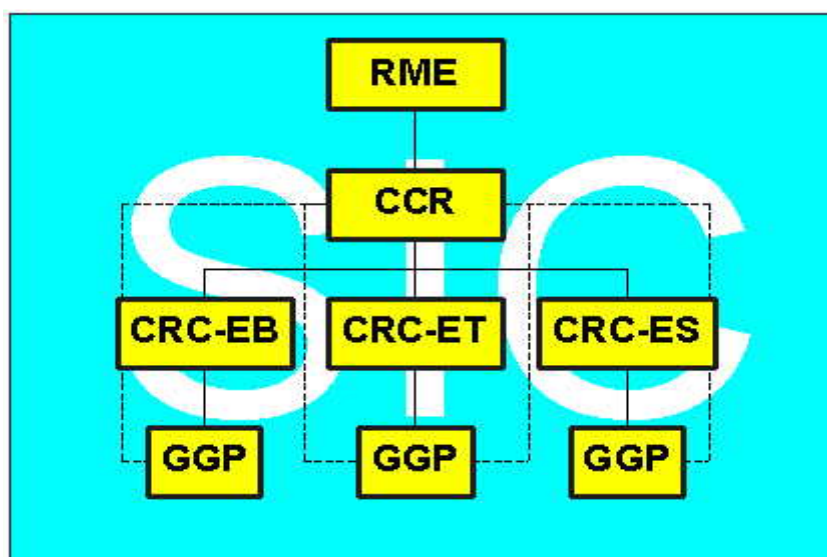
O Comitê Coordenador Regional (CCR) é responsável pela proposição de políticas de integração e cooperação no âmbito da Educação, além de assessorar a RME e coordenar o desenvolvimento das ações do SEM.

Foram criadas, também, três Comissões Regionais Coordenadoras de área (CRC) focalizadas em três áreas específicas: Educação Básica, Educação Tecnológica e Educação Superior. O objetivo dessas Comissões é assessorar o Comitê Coordenador Regional (CCR) na definição de estratégias de ações do SEM e propor mecanismos para a implementação dos objetivos e linhas de ação definidas no Plano de Ação do Setor.

Para tanto, foi criado o Sistema de Informações (SIC), responsável pela comunicação, gestão do conhecimento e informação e do Trabalho Cooperativo no SEM. O Plano do SEM para 2006-2010 destaca a importância de promover mudanças estruturais profundas, e a Educação é reconhecida como uma condição para fortalecer o processo de integração e garantir sua universalidade. No novo cenário internacional é fundamental a vinculação estreita entre o mundo produtivo e a Educação, especialmente com a formação profissional, que passou a ser vista como um instrumento de desenvolvimento para os países do MERCOSUL (www.sic.inep.gov.br/).

Figura: Estrutura do Setor Educacional do MERCOSUL

Setor Educacional do Mercosul



Fonte: www.sic.inep.gov.br/.

O Plano atual do SEM pretende ser um espaço onde se oferece e se garante uma Educação de qualidade com equidade, caracterizada pelo conhecimento recíproco, bem

como a interculturalidade, o respeito à diversidade, a cooperação solidária, com valores compartilhados que contribuam para o aperfeiçoamento e democratização dos sistemas educacionais da Região, além de gerar condições favoráveis para a paz, por meio do desenvolvimento social, econômico e humano, de forma sustentável.

Sua missão é consolidar um espaço educativo comum, por meio da concertação das políticas que articulam a Educação como o processo de integração do MERCOSUL, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de alcançar uma Educação de qualidade para todos, especialmente aos setores mais vulneráveis, em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da Região.

Seus objetivos estratégicos são: contribuir para a integração regional, por meio de acordos e executando políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente; promover uma Educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo; promover a cooperação solidária e o intercâmbio, para o aperfeiçoamento dos sistemas educativos; incentivar e fortalecer programas de mobilidade de estudantes, docentes, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais; concretizar políticas que articulem a educação como processo de integração do MERCOSUL.

Levou-se em consideração que a formação integral dos recursos humanos mediante a elevação dos níveis de educação é fator essencial para fortalecer o processo de integração e alcançar a prosperidade, o progresso e o bem-estar com justiça social dos habitantes da sub-região (MERCOSUL, 1991b, p. 1).

Desde 1991 os Ministros de Educação dos países que compõem o MERCOSUL passaram a se reunir com o propósito de estabelecer o cumprimento de políticas educacionais coordenadas. Esta tentativa de centralizar propostas, objetivos e metas comuns é uma nova característica do processo de integração na Região.

As Reuniões de Ministros da Educação “tem como missão acordar planos, programas e instrumentos jurídicos que orientem as definições de políticas e estratégias comuns para o desenvolvimento educacional regional” (MERCOSUL, 1994b, p. 1).

Um dos aspectos que atribui caráter inédito ao MERCOSUL foi a tentativa de se constituir enquanto órgão orientador e coordenador de políticas macroeconômicas e setoriais, superando o estágio das experiências anteriores em que os acordos eram, em suas maiorias, bilaterais ou apenas se configuravam como compromissos ou intenções

de governos de países próximos ou fronteiriços, mas que desconsideravam a possibilidade real de perseguir alguma paridade em termos de gestão de políticas nas instâncias nacionais.

1.4 Principais Planos para o Setor Educacional do MERCOSUL

Desde a criação do SEM em 1992, foram elaborados quatro planos educacionais, a saber: 1º Plano (1992-1994) – sendo prorrogado até 30 de junho de 1998; 2º Plano (1998-2000); 3º Plano (2001-2005); e o 4º Plano (2006-2010). As diretrizes constantes nos planos são elaboradas por grupos de especialistas do Comitê Coordenador Regional (CCR) que as levam à apreciação das autoridades governamentais nas Reuniões de Ministros da Educação (RME).

Estas duas instâncias, técnica e política, respectivamente, fazem parte do SEM, que está estruturado da seguinte forma:

RME – Reunião de Ministros

CCR – Comitê Coordenador Regional

CRC – Comissões Regionais Coordenadoras de área (ed. básica, tecnológica e superior)

GGP – Grupos Gestores de Projetos

A função do SEM é a de contribuir com a construção da integração regional. Sua criação faz parte de uma estratégia comum de desenvolvimento e apóia-se no discurso ideológico que atribui à formação deste bloco a construção de um novo marco econômico e social, o qual dá início a uma realidade distinta para a América do Sul. Portanto, os planos educacionais formulados pelo SEM trazem uma nova proposição que, evidentemente, não reflete toda a realidade da educação na América do Sul, mas, na verdade, busca otimizar a proposta de integração regional condizente com os objetivos econômicos dos países que compõem o MERCOSUL. Na maioria das vezes os planos procuram defender a implementação de medidas que redirecionem a política educacional na Região.

Mas propostas contidas nos planos não emergem apenas da racionalização dos técnicos e teóricos da educação envolvidos na sua elaboração, mas trazem o histórico de compreensão da realidade atual e estão em conformidade com o momento de crise que afeta o desenvolvimento do capitalismo mundial nas últimas décadas. As linhas teóricas dos planos educacionais do SEM, e ainda, as diretrizes que orientam o surgimento do

próprio MERCOSUL, como é o caso do Tratado de Assunção de 1991, estão em conformidade para a Região. Nos planos educacionais encontram-se os fundamentos usados para justificar o novo direcionamento atribuído às políticas educacionais do MERCOSUL.

Na leitura dos planos educacionais é comum deparar-se com fundamentos usados para justificar o novo direcionamento atribuído às políticas educacionais com expressões idênticas às encontradas em documentos da CEPAL. Isso se torna visível, principalmente, quando comparados com o texto “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos de 1990” (1990); e no caso da educação o texto “Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva” (1992). A questão fundamental nos referidos textos, apresentada como proposta de desenvolvimento regional a ser perseguida pelos governos dos países sul-americanos a partir do início da década de 1990 é a “transformação das estruturas produtivas da região num contexto de crescente equidade social” (CEPAL, 2000: 892).

Segundo a CEPAL os anos 80 do século XX revelaram certo retrocesso nas áreas mais importantes do desenvolvimento regional, sendo conhecida como a “década perdida”, apesar de reconhecer ter havido, na esfera política, um “aprendizado doloroso”, mas positivo, que teria solidificado a construção de sociedades pluralistas e participantes. Dessa forma é feita a defesa da democracia liberal e participativa como a melhor opção de organização social, na qual todos se fariam participantes das decisões de governo ao elegerem seus representantes para ocuparem as cadeiras no Parlamento e no Executivo. Assim, o Estado se constituiria como um “ente” supraclasse capaz de corrigir as desigualdades que porventura venham a ocorrer.

Quanto ao retrocesso ocorrido no desenvolvimento dos países da região, segundo os cepalinos, este deveria ser enfrentado por meio de um enfoque integrado visando a “transformação produtiva”, com destaque para a educação que teria um papel relevante neste processo com a apropriação do conhecimento mundialmente disponível.

A transformação produtiva com equidade deverá ser alcançada no contexto de uma maior competitividade internacional. Essa competitividade deverá apoiar-se mais numa incorporação deliberada e sistemática do progresso técnico no processo produtivo (com os conseqüentes aumentos de produtividade) e menos na depreciação dos salários reais. A esse respeito convém reconhecermos a dimensão de aprendizagem e

disseminação dos conhecimentos disponíveis no nível internacional, prerrogativa essa insuficientemente utilizada pela região no passado (CEPAL, 2000, p. 895).

Considera-se que a elaboração dos planos educacionais pelo SEM, nos últimos 17 anos, esteve imersa nos fundamentos da proposta cepalina, que desde o início dos anos de 1990 tem defendido a necessidade de um esforço conjunto dos países latino-americanos e caribenhos, buscando a construção de um novo estágio do desenvolvimento pautado no que denominam de “transformação produtiva com equidade”. A formulação teórica do MERCOSUL e seus fundamentos não estão descolados da corrente cepalina, o que não poderia ser diferente já que se trata da mais importante escola do pensamento sobre o desenvolvimento na América Latina.

Para a CEPAL a transformação produtiva torna-se mais evidente e realizável com a consolidação de uma integração regional capaz de fomentar investimentos em uma cooperação conjunta nos sistemas bancário, de transportes, na saúde, em prospecção, siderurgia e metalurgia, na educação, dentre outros; melhorando a capacidade produtiva e comercial, fortalecendo a inserção internacional.

A integração é considerada chave do desenvolvimento na visão dos agentes políticos e técnicos administrativos do MERCOSUL. Em face disto, as instâncias do MERCOSUL advogam que a promoção da integração contribui para que os governos do bloco, na elaboração e aplicação das diversas políticas macroeconômicas e setoriais, possam comungar esforços no sentido de promover o desenvolvimento regional articulados em objetivos comuns.

Por sua vez, a função do SEM, enquanto responsável por coordenar a política educacional do bloco, consiste na elaboração e disseminação de propostas de políticas e práticas que contribuam com este objetivo integrador através do cumprimento das metas constantes nos planos educacionais para o MERCOSUL.

Cabe ainda ressaltar que após serem elaborados pelo SEM, os planos são levados à aprovação do Conselho do Mercado Comum (CMC), instância máxima do MERCOSUL, com capacidade decisória e intergovernamental, composto pelos ministros de relações exteriores e os ministros da economia e/ou seus equivalentes de cada país que compõe o Bloco. Note-se que os ministros dos setores sociais não fazem parte do conselho decisório do MERCOSUL, o que indica ainda a prioridade do setor econômico no bloco.

Os dois primeiros planos tiveram um tempo de validade de três anos, o que não correspondia ao período de um governo, provocando um descompasso. Em linhas

gerais, pode-se afirmar que os planos apresentam uma crescente complexidade e abrangência do ponto de vista burocrático, estrutural, técnico e metodológico. A cada edição a definição de metas e objetivos tornou-se mais meticulosa e consistente, o que faz do último plano o mais volumoso e completo deles.

1.5 Plano do Setor Educacional do MERCOSUL (2006-2010)

O Plano do Setor Educacional do MERCOSUL (2006-2010) é o mais completo e detalhado já elaborado pelo SEM, e confirma, na história dos planos educacionais do MERCOSUL, a tendência crescente de regulação burocrática do setor e, ainda, a melhoria dos fundamentos técnicos e metodológicos.

O Plano do SEM 2006-2010 estabeleceu um conjunto de princípios orientadores das ações acordadas: a) confiança, pois as ações devem ser voltadas para a redução das incertezas e para o fortalecimento dos vínculos intergovernamentais no interior do SEM; com respeito e consenso: princípios que devem orientar o respeito em relação aos processos e às políticas nacionais e o compromisso de se buscar acordos a partir desse marco; e apoio solidário aos países que, em circunstâncias específicas, não possam cumprir total ou parcialmente os projetos e atividades de interesse; buscando a cooperação pelo reconhecimento das simetrias entre os países e da importância da assistência técnica e da cooperação entre os sistemas educativos.

A ênfase na atuação do SEM orientada para resultados é reiterada em relação a ações priorizadas, as quais devem buscar o foco nos impactos produzidos, a difusão e a visibilidade das iniciativas, a gradualidade, o diálogo e a interação com a rede de agentes implicados nos sistemas educativos (instâncias do MERCOSUL, governos nacionais e locais, educadores, organizações da sociedade civil) (Estudo Analítico Comparativo do Sistema Educacional do MERCOSUL (2001-2005), p. 61- 65, 2008).

Quanto ao aparelho burocrático do SEM, este ficou maior com a criação do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL (FEM), que recebe aportes para garantir a execução dos programas e projetos desenvolvidos pelo setor educacional. Trata-se do primeiro fundo setorial do MERCOSUL com financiamento para suas atividades, o que demonstra a importância que a Educação tem para os objetivos de integração da região.

Consta no art. 4 do MERCOSUL/CMC/DEC N° 33/04, que o Conselho do Mercado Comum decide que:

O capital do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL será constituído pelas contribuições nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Estados Associados, dos rendimentos, contribuições extraordinárias de terceiros países, de outros organismos e do setor privado. Cada Estado Parte deverá fazer sua contribuição anual antes do encerramento do primeiro semestre de cada ano, de acordo com o estabelecido no Regulamento do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL, que consta como Anexo e forma parte da presente Decisão (MERCOSUL, 2004, p. 1).

O citado Regulamento em seu anexo apresenta uma projeção de quanto cada Estado Parte e Estado Associado deverá contribuir. O Comitê Assessor do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL (CAFEM) tem se reunido periodicamente desde a sua criação com delegações dos países que contribuem com o FEM para expor os resultados dos gastos e propor novas mudanças na arrecadação deste fundo.

Está explícito o desejo de uma maior aproximação da “sociedade civil” organizada ao projeto de integração, que julgam ser por hora deficitário, principalmente em relação aos meios de comunicação da região, embora se afirme que o relacionamento com a “sociedade civil” esteja melhor em relação ao seu início, com destaque para a melhoria apresentada em relação às Organizações Não-governamentais (ONG’s). A concepção de sociedade civil concebe a sociedade politicamente organizada como o princípio superior racional que irá determinar e limitar as ações políticas dos Estados Partes, e, com isso, afasta qualquer interpretação socioeconômica da realidade educacional sul-americana. Segundo o documento em análise é necessário dedicar, ainda, uma atenção maior à melhoria da relação formal com as organizações de professores.

O Plano Educacional inicia fazendo críticas às “políticas unilaterales de carácter restrictivo por parte de países y bloques de mayor poder” (MERCOSUL, 2006, p. 3) e, ainda, avalia o cenário mundial de 2006, concluindo que estaria naquele momento constituído de condições diferenciadas em relação ao cenário em que foram debatidos e elaborados os planos anteriores, isto é, a década de 1990 e os primeiros cinco anos do milênio. “Las políticas económicas seguidas durante los años 90 fueron cuestionadas en su orientación y prioridades por las diferentes crisis que aparejaron en las sociedades de la región” (MERCOSUL, 2006, p.3).

O Plano destaca a deterioração das instâncias multilaterais, o que teria resultado no agravamento das limitações das ações e resultados alcançados pelos organismos internacionais como Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC), quando requisitados para ajudar na solução do medíocre desenvolvimento econômico e social da região aumentando os indicadores de pobreza. Também questiona a orientação das políticas econômicas aplicadas nos países sul-americanos, o que teria gerado o quadro de crise atual. Contudo, o documento não enumera ou especifica qual seriam essas “políticas econômicas”, mas defende que teria chegado o momento de abandonar as perspectivas globais e aprofundar nas propostas de desenvolvimento dentro de uma perspectiva regional.

Dessa forma, a integração tornou-se imperativa ao desenvolvimento do capitalismo periférico sul-americano e, para isso, reconhece que a Educação é condição necessária para fortalecer o processo de integração e assegurar sua realização e irreversibilidade. Mais uma vez a Educação integradora torna-se discurso central no Plano Educacional em vigor, o qual, apesar da crítica inicial, não visa romper com os princípios que orientam a Educação no MERCOSUL desde a criação do Bloco e explicitados nos planos anteriores. Ele confirma e direciona os governos do bloco a aplicarem políticas coordenadas a fim de atender as demandas educacionais que se apresentam no momento atual, isto é, a busca pela equidade, orientando os Estados Partes a destinarem, prioritariamente, os recursos disponíveis aos setores com maior necessidade visando um desenvolvimento regional com maior justiça social.

Em relação ao desenvolvimento, o documento reconhece que os indicadores macroeconômicos e setoriais da região são marcados por iniquidades e assimetrias e defende que somente o processo de integração poderá superá-las.

Contudo, conclui que não é possível aguardar o aprofundamento da integração como solução e melhoria dos referidos indicadores, e por isso “se deben promover intervenciones que permitan, desde ya, obtener mejores efectos distributivos” (MERCOSUL, 2006, p. 3).

Como realizar esta intervenção com efeitos distributivos a partir da Educação? O próprio documento identifica que “el mayor desafío de nuestras naciones no está dirigido sólo a incorporar más niños, niñas, adolescentes y jóvenes al sistema educativo, sino a darles una educación de calidad y pertinencia a la realidad en la que viven” (MERCOSUL, 2006, p. 3).

Os efeitos distributivos seriam garantidos a partir da incorporação de todos a uma Educação de qualidade. Nota-se que o SEM, tacitamente, reconhece o esforço de universalização da Educação que está em curso na região e a urgente necessidade de fazê-la com qualidade, entretanto, não esconde que a Educação deve constituir-se numa política social que possibilite a oportunidade de acesso a todos com uma qualidade educacional concernente com a realidade de cada país da própria Região.

Cabe lembrar que as sociedades sul-americanas que compõem o MERCOSUL vivem sobre as bases de um capitalismo periférico, cuja função, na divisão internacional do trabalho, nos reserva a promoção de um desenvolvimento capaz de garantir uma inserção no mercado internacional a partir da super-exploração do trabalhador e de melhorias produtivas em uma ampla gama de bens e serviços associadas à potencial disponibilidade de recursos naturais encontrados em abundância na Região.

O MERCOSUL busca melhorias produtivas e competitivas com a implantação de uma Educação que seja capaz de conscientizar a todos, e em todos os níveis de ensino, a aceitar e trabalhar em prol da integração regional. Portanto, a Educação no MERCOSUL objetiva a própria integração, e não significa apenas uma integração de mercado: a pretensão é a construção de um determinado conjunto de qualificações, aptidões e comportamento voltados ao mercado.

Considera, ainda, fundamental, “la vinculación del mundo productivo con la educación y especialmente con la formación profesional, más aún con los cambios que comienzan a vislumbrarse en la región. Frente a esto los países han empezado a recuperar la educación técnica como herramienta del desarrollo” (MERCOSUL, 2006, p. 4). Às transformações que estariam sendo vislumbradas na Região, apesar do texto não ser muito claro, acredita-se tratar do possível desenvolvimento decorrente da integração regional que estaria tomando forma com o MERCOSUL. Em relação à recuperação da educação tecnológica, podemos perceber como o SEM, ao fazer uso da crença de que o investimento em Educação técnica trará desenvolvimento regional, mascara a realidade de que é na exploração do trabalho que se sustenta o desenvolvimento capitalista. Esta prerrogativa é uma análise fundamentada na teoria do capital humano, na qual o investimento de uma economia no aprendizado técnico garantiria um correspondente aumento competitivo da sua produção.

Entretanto, quando o SEM defende o acesso a uma Educação de qualidade para todos, ele não rompe com o pensamento liberal, pois sua proposição de universalizar a Educação nos países do MERCOSUL focaliza apenas os conhecimentos necessários

para se operar, manusear, produzir e consumir conforme a nova constituição da produção capitalista contemporânea, agora totalmente incorporada à reestruturação produtiva que tomou forma nas últimas décadas. Mas ainda prevalece a crença de que a Educação, enquanto política social, deve garantir a equidade e a universalização do acesso à Educação com qualidade, condizente com os recursos disponíveis e as demandas que o mercado exige para a reprodução do modo de produção capitalista.

O Plano 2006-2010, assim como os anteriores, apresenta os objetivos da Educação que cada nível de ensino deveria implementar de maneira coordenada pelos governos dos Estados Partes do MERCOSUL.

Em resumo, ao ensino básico cabe oferecer o acesso ao sistema educativo, o que garantiria a educação escolar a todos, dentro de um esforço prioritário direcionado aos setores mais vulneráveis da população; a educação tecnológica deveria se ocupar em dar conta das demandas por mão-de-obra que o mercado de trabalho apresentará a partir do próprio desenvolvimento regional, o que, se feito com eficiência e qualidade, possibilitaria uma maior competitividade das economias da região no mercado internacional; já à educação superior é destinada a tarefa de formação de recursos humanos direcionados às atividades de pesquisa e técnico-científicas, constituindo-se em centros de excelências voltados ao desenvolvimento econômico do bloco.

O Plano em vigor não apresenta nenhuma novidade na missão do SEM em relação ao plano anterior (2001-2005), mas evidencia a necessidade de trabalhar pela articulação entre educação e integração, a partir da busca por uma Educação de qualidade para todos, ao mesmo tempo em que promove o acesso dos grupos ou setores sociais mais vulneráveis e marginalizados do sistema – disto decorreria, naturalmente, o desenvolvimento da justiça social tão esperada para a Região.

No documento do SEM é defendido como princípios orientadores das estratégias: a confiança, o respeito e o consenso, a solidariedade e a cooperação. Ao tratar das características das atividades que possibilitariam a viabilidade das ações e resultados satisfatórios visados pelo Plano, estas deveriam ter: impacto, difusão e visibilidade, gradualidade, diálogo e interação.

O Plano 2006-2010 tem uma sistematização diferenciada dos anteriores, ou seja, não é feita por área prioritária ou nível de ensino, mas sim por cinco objetivos estratégicos, orientados por um conjunto de metas a serem cumpridas, ações a serem realizadas, com períodos datados, os quais variam entre 2006 a 2010, para a sua efetiva

execução e enumerados os resultados esperados. Os cinco objetivos estratégicos do Plano são:

Contribuir a la integración regional acordando y ejecutando políticas educativas que promuevan una ciudadanía regional, una cultura de paz y el respeto a la democracia, a los derechos humanos y al medio ambiente.

Promover la educación de calidad para todos como factor de inclusión social, de desarrollo humano y productivo.

Promover la cooperación solidaria y el intercambio, para el mejoramiento de los sistemas educativos.

Impulsar y fortalecer programas de movilidad de estudiantes, pasantes, docentes, investigadores, gestores, directivos y profesionales.

Concertar políticas que articulen la educación con el proceso de integración del MERCOSUR.

No Plano 2006-2010 a Educação, do MERCOSUL, tem como prioridade promover a conscientização do processo de integração regional. Para isso o SEM tem procurado estimular e coordenar programas e atividades integradoras pela prática educacional. A importância desta tarefa levou os governos dos Estados Partes a constituírem um fundo de financiamento das atividades do setor, a fim de possibilitar realizações práticas que potencializem, no bloco, a constituição de uma educação integradora.

O Plano 2006-2010 pretende colocar em prática algumas medidas, tais como: a articulação constante com o Sub Grupo de Trabalho nº 10 (SGT-10), que trata das Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social; trabalhar pela transferência de conhecimentos e tecnologia avançada entre as universidades da região e o setor produtivo, articulando a educação superior diretamente, e ao máximo, com a melhoria da competitividade produtiva do MERCOSUL; a elaboração de estratégias para difundir o setor educacional, como a manutenção constante das informações do site do setor na internet; emprego de funcionários nas áreas do SEM, formados e capacitados em matéria de integração; publicação periódica de acordos, atividades, experiências e resultados do setor; fomentação dos aportes destinados ao FEM; busca pela cooperação econômica com os organismos internacionais, governamentais e não-governamentais; e,

organização de encontros e debates com os organismos da “sociedade civil”, o que inclui o fortalecimento e ampliação das relações com as associações de docentes (MERCOSUL, 2006).

Parece haver no Plano um reconhecimento, ainda que insuficiente, sobre a necessidade de considerar a importância da categoria de profissionais docentes no processo de efetivação das políticas educacionais. Entretanto, o documento não apresenta como convencerá ou conscientizará as organizações trabalhistas de professores a se envolverem nos objetivos educacionais traçados. O Plano reúne os principais indicativos para a Educação no MERCOSUL até 2010, entretanto, os governos dos Estados Partes não poderão se furtar de mobilizar os professores, nos diversos níveis do sistema educacional, para que os objetivos e metas propostas possam ser alcançados.

O SEM encontra-se em um estágio bem avançado. O próprio Plano Educacional 2006-2010 demonstra a crescente importância e abrangência que o setor educacional tem construído a partir da coordenação da política educacional no MERCOSUL, em favor de uma integração regional.

É neste exato momento, quando o capitalismo vive uma crise econômica de grandes proporções que assola todas as economias mundiais, que a Educação deverá ser amplamente utilizada pelos governos dos Estados Partes do MERCOSUL, no sentido de amenizar as seqüelas da exploração capitalista.

Em sua trigésima quinta reunião, posterior ao anúncio e confirmação da crise atual, os Ministros da Educação do MERCOSUL, reunidos em Foz do Iguaçu, no mês de novembro de 2008, acordaram e reconheceram “a necessidade de proteger os investimentos em Educação como uma estratégia para enfrentar as conseqüências da crise econômica mundial” (MERCOSUL, 2008, p. 2). Uma integração que assuma uma postura crítica, criativa, em relação à educação superior, considerando, numa perspectiva emancipatória, as questões da qualidade, pertinência, cooperação e equidade, na busca da satisfação das necessidades materiais dos países do MERCOSUL, proporcionando um salto qualitativo em uma Região que se mostra desigual.

CAPÍTULO 2

O CASO DO PROGRAMA MARCA: MOBILIDADE ACADÊMICA REGIONAL

2.1 Programa MARCA: características, objetivos e resultados esperados

O Programa MARCA é a primeira iniciativa de mobilidade organizada pelo Setor Educacional do MERCOSUL, no âmbito do Plano Estratégico 2001-2005. Foi definido pelo Memorando de Entendimento aprovado pela XXVII Reunião de Ministros de Educação, em 19 de novembro de 2004, e dele participam as instituições aprovadas no decorrer da aplicação do MEXA.

O objetivo do Programa é promover o intercâmbio de alunos, docentes, pesquisadores e gestores de instituições de educação superior. A primeira etapa do MARCA promoveu a mobilidade de estudantes entre cursos de Agronomia, no segundo semestre de 2006.

Participam deste programa os países membros e associados do Bloco, incentivando a integração regional. A mobilidade se realiza entre os países do MERCOSUL e se desenvolve através de períodos letivos regulares de um semestre acadêmico.

O programa está relacionado aos cursos acreditados pelo Mecanismo Experimental de Acreditação de cursos de Graduação do MERCOSUL (MEXA), e se desenvolve em etapas, de modo de permitir que sejam progressivamente incorporados os cursos de graduação que foram acreditadas pelo Mecanismo de Acreditação de Qualidade MERCOSUL.

No Plano Estratégico 2001-2005 do Setor Educacional do MERCOSUL foram definidas a acreditação, a mobilidade e a cooperação interinstitucional como as linhas prioritárias para a Educação Superior.

Sobre este marco foi desenvolvido o Mecanismo Experimental de Acreditação de cursos de Graduação no MERCOSUL (MEXA), cujo objetivo é o aperfeiçoamento da qualidade dos cursos através da implementação de um sistema comum de acreditação

baseado em critérios e parâmetros de qualidade previamente acordados. Este Mecanismo implementou a acreditação de cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina.

Após uma avaliação com resultados altamente satisfatórios do MEXA, está sendo instrumentalizado o “Memorando de entendimento sobre a criação e implementação de um sistema de acreditação de cursos universitários para o reconhecimento regional da qualidade acadêmica das respectivas titulações no MERCOSUL e Estados Associados”. Este sistema dará criação a um mecanismo permanente de acreditação de cursos de graduação do MERCOSUL. Sobre este marco se elaborou o Programa de Mobilidade MARCA associado aos cursos acreditados pelo MEXA. Através do mesmo se fortalecerão os cursos acreditados, se fomentará a cooperação interinstitucional e se cumprirá com o objetivo central que é a integração regional.

O Programa MARCA lançou sua primeira convocatória no ano 2006, onde se realizou una experiência piloto com participação do curso de Agronomia. No primeiro semestre de 2007 realizou-se uma avaliação e a partir daí foram convidados a participar os cursos de Engenharia e Medicina acreditada pelo MEXA, para que se incorporem na segunda convocatória para o ano de 2008. O objetivo do Programa é que os cursos acreditados pelo mecanismo de acreditação do MERCOSUL sejam incorporados de forma progressiva ao programa de mobilidade.

As universidades sul-americanas têm fortalecido a integração através de programas de mobilidade de estudantes, docentes, pesquisadores e gestores, mecanismo que está modificando a lógica do ensino e aprendizado, enriquecendo a formação dos recursos humanos e também fomentando a cooperação interinstitucional.

No Plano Estratégico 2001-2005 do SEM foram definidas as seguintes linhas prioritárias para a Educação Superior: Acreditação, Mobilidade e Cooperação Institucional. Neste marco desenvolveu-se o Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos de Graduação no MERCOSUL (MEXA). O mesmo apontou para o aperfeiçoamento da qualidade dos cursos através da implementação de um sistema comum de acreditação baseado em critérios e parâmetros de qualidade previamente acordados.

Este mecanismo começou com a acreditação dos cursos de Agronomia, Engenharia e Medicinal. Associado a este mecanismo desenvolveu-se o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados – MARCA, com o objetivo de

fortalecer os cursos acreditados, fomentar a cooperação interinstitucional e cumprir com o objetivo central da integração regional. Para alcançar estes objetivos, considera-se o desenvolvimento da mobilidade de estudantes, docentes, pesquisadores e gestores/ coordenadores dos cursos que participam do MEXA.

Os objetivos gerais do Programa são: contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior nos cursos acreditados no MEXA dos países que participam do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM); estimular a cooperação interinstitucional e internacional no âmbito do ensino superior dos cursos acreditados; promover o efeito multiplicador das experiências de mobilidade; promover o reconhecimento de matérias, títulos, estudos e diplomas, estimulando as instituições de educação superior a desenvolverem políticas de atenção aos estudantes estrangeiros e trabalhar para prestigiar suas ações além do âmbito local, em um marco institucional que assegure a qualidade dos conhecimentos e práticas; consolidar, através do intercâmbio estudantil, ações conjuntas entre os países da região, que permitam maior participação estudantil em questões sociais e, conseqüentemente, potencializem as possibilidades de desenvolvimento integral das nações.

Para tanto, faz-se necessário alcançar os seguintes objetivos específicos: promover o conhecimento recíproco sobre a formação acadêmica dos cursos de graduação dos países do MERCOSUL e o aperfeiçoamento dos processos de formação, através do intercâmbio de alunos, docentes, pesquisadores e gestores/ coordenadores dos cursos que participam do Mecanismo de acreditação de qualidade MERCOSUL; propiciar a docentes e estudantes de instituições de ensino superior dos cursos acreditados a oportunidade de realizar projetos cooperativos com instituições de países distintos do seu, conforme os termos de referência do projeto; enriquecer a formação dos jovens, oferecendo-lhes a oportunidade de conhecer culturas distintas e desenvolver valores como solidariedade, tolerância e respeito às diferenças; propiciar a gestores/ coordenadores de instituições do sistema de educação superior dos países a oportunidade de compartilhar diferentes estruturas, mecanismos de formulação e implementação de políticas e métodos de gestão, assim como conhecer distintos sistemas de avaliação de programas institucionais; promover o aperfeiçoamento da relação ensino-aprendizado e da formação acadêmico-profissional, mediante o conhecimento de novas práticas e experiências didático-pedagógicas que refletem a crescente diluição das fronteiras ensino-pesquisa-extensão; propiciar experiências de formação de profissional no sentido de prepará-los para atuar em um contexto de

internacionalização; aperfeiçoar o processo de gestão de programas de mobilidade; promover e desenvolver o domínio dos idiomas Espanhol e Português; promover o efeito multiplicador das experiências de mobilidade; promover o reconhecimento de matérias, títulos, estudos e diplomas, estimulando as instituições de educação superior a desenvolverem políticas de atenção aos estudantes estrangeiros e trabalhar para prestigiar suas ações além do âmbito local, dentro de um marco institucional que assegure a qualidade dos conhecimentos e práticas; consolidar, através do intercâmbio estudantil, ações conjuntas entre os países da região, que permitam maior participação estudantil em questões sociais e, conseqüentemente, potencializem as possibilidades de desenvolvimento integral das nações.

Um Programa com atores tão diversos precisa seguir princípios comuns que fortaleçam a integração regional, com **confiança** entre as instituições, um elemento chave em um programa com reconhecimento de estudos. A mobilidade associada aos cursos acreditados cumpre amplamente com este princípio enquanto se faz sobre o pressuposto do reconhecimento da qualidade das instituições participantes; **flexibilidade**, necessária para preservar as diferenças entre os diferentes planos de estudos e sistemas de aprovação e qualificação, enfatizando a qualidade reconhecida dos mesmos; **transparência**, pois as instituições participantes devem dispor da maior informação possível sobre si mesma: calendários acadêmicos, planos, programas, sistemas de qualificação, organização acadêmica e administrativa, de forma a facilitar a organização da mobilidade e o reconhecimento final; **solidariedade**, tendo como pré-requisito o reconhecimento dos pontos fortes e fracos das partes, e o conseqüente apoio às instituições que mais necessitem.

A **replicação / multiplicação** é fundamental para a integração regional, que deve ser de alto impacto, e conduzir a uma mobilidade massiva, buscando os mecanismos adequados para um efeito multiplicador, proporcionando educação de qualidade para todos como um pressuposto da integração regional e da superação das desigualdades, pois os diferentes atores participantes do processo educativo deverão estar envolvidos no processo de integração regional, respeitando a **diversidade**, já que a experiência de formação em ambientes culturalmente distintos e em sistemas educativos diferentes estimulará uma atitude aberta, moldada pela tolerância e pela disposição para o trabalho cooperativo.

O fortalecimento das relações interinstitucionais será favorecido pelas características de **continuidade** do projeto e seu efeito multiplicador será assegurado

pela interação e sinergia de suas ações, com a **avaliação** e revisão permanentes do Programa como elementos indispensáveis para sua continuidade. No processo de integração, a **inclusão social** será favorecida pela adoção de critérios de participação adequados, pois devem ser estimuladas as **interdisciplinaridades** e a transdisciplinariedade.

O MARCA foi concebido para atender as demandas da Educação Superior, com os Cursos de Graduação, e sua coordenação será feita por uma Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Ele será desenvolvido em etapas, de modo a permitir que sejam agregados, progressivamente, os cursos de graduação que forem acreditados pelo Mecanismo de Acreditação de Qualidade do MERCOSUL.

A mobilidade será efetuada em períodos letivos regulares (1 semestre acadêmico), através de projetos cooperativos interinstitucionais, de estudos e pesquisas, ou como atividades de extensão universitária. O MARCA incluirá trabalho cooperativo acordado entre os professores coordenadores e estudantes dos cursos acreditados pelo mecanismo de acreditação do MERCOSUL.

Os principais resultados esperados do MARCA são: a melhoria do ensino, pesquisa e gestão educacional dos cursos acreditados no SEM, com o incremento da cooperação acadêmica e institucional entre os cursos acreditados no SEM. Para tanto, será necessária a redução de barreiras e resistências que dificultam o intercâmbio interinstitucional como resultado de um melhor conhecimento recíproco dos sistemas educacionais, e para se obter maiores possibilidades de integração regional pela compreensão das diversidades culturais.

É fundamental para a melhoria permanente do Programa a avaliação dos resultados e dos impactos que produzam, bem como as recomendações para sua continuidade. A identificação de alternativas de convalidação de períodos de estudo e aproveitamento de créditos deverá ser resultado do trabalho de todas as Partes, como as universidades e instituições que pertencem os cursos acreditados pelo Mecanismo Experimental do MERCOSUL.

Os requisitos para a candidatura dos estudantes ao Programa Marca são: estar matriculado como estudante regular em um dos cursos acreditados pelo MEXA; ter aprovado 40% do curso em que se encontra matriculado; apresentar-se ao chamado no prazo e condições estabelecidas na convocatória, de posse da documentação requerida. A participação e permanência dos estudantes no Programa encontram-se sujeita ao fiel

cumprimento dos direitos e obrigações estabelecidos no mesmo, os quais se consideram conhecidos e aceitos no momento da assinatura do Contrato de Estudos.

2.2 Programa MARCA e seus mecanismos, obrigações e funcionamento

A Convocatória do programa se realiza semestralmente. A execução do mesmo se realiza no semestre letivo imediatamente posterior à convocatória. A operacionalização inclui as seguintes atividades: preparação e atualização de conteúdos institucionais, acadêmicos e de gestão para a implementação das mobilidades, e para a articulação das ações de mobilidade com os padrões comuns do MEXA; a mobilidade de estudantes para cursar um semestre acadêmico na universidade de destino; e a avaliação dos resultados.

A participação e permanência dos estudantes neste Programa encontram-se sujeitas a ao fiel cumprimento dos direitos e obrigações estabelecidos no mesmo. O candidato ao MARCA deve estar matriculado como estudante regular em um dos cursos acreditados pelo MEXA; ter sido aprovado em 40% do curso em que se encontra matriculado, e apresentar-se ao chamado no prazo e condições estabelecidas na convocatória, acompanhado da documentação requerida.

As obrigações dos estudantes selecionados são: aceitar os mecanismos de reconhecimento definidos no Contrato de Estudos; realizar as atividades estabelecidas no Contrato de Estudos; dispor de um seguro de vida e saúde pessoal que cubra as contingências que podem aparecer durante seu período de permanência na universidade de destino, incluindo as viagens de ida e volta e de repatriação. Nenhum estudante será autorizado a sair de sua universidade de origem se não dispuser desse seguro, que deverá ser acreditado ante a mesma.

Os estudantes selecionados devem assumir a responsabilidade pelos danos que poderão sofrer e pelos prejuízos que possam causar durante sua participação no Programa, e que não estejam cobertos pelo seguro contratado. Além de cumprir com as exigências sanitárias (vacinação, etc.) estabelecidas pelos países de destino e trânsito, devem cumprir com as leis locais, sob pena de desvinculação do Programa.

È tarefa do estudante selecionado a obtenção de visto de estudante para todo o período de mobilidade, ale de realizar outros tipos de atividades que lhes sejam requeridas como: participar de reuniões, preencher questionários de avaliação e

participar de reuniões destinadas a difundir informação sobre o projeto e seus resultados.

Os estudantes selecionados estarão isentos de pagar as taxas universitárias, direta ou indiretamente, na universidade de destino. Somente certos gastos menores poderão ser exigidos pela universidade de destino aos estudantes do Programa, nas mesmas condições que os demais estudantes locais (Ex. Carnê de biblioteca, materiais, etc.). Os estudantes beneficiários poderão manter outras bolsas ou empréstimos nacionais a que tiveram direito.

Os estudantes selecionados também serão reconhecidos como estudantes de intercâmbio, ao amparo do mesmo, com os mesmos direitos e obrigações que os estudantes regulares da universidade de destino. Terão direito a receber a informação necessária de sua universidade de origem a respeito de todos os aspectos vinculados ao projeto, incluindo os Termos de Referência do mesmo.

Os estudantes que cumpram o estipulado no Contrato de Estudo terão direito a receber um Certificado de Estudos, com as qualificações obtidas, emitido pela universidade de destino. Eles terão direito a que a universidade de origem reconheça os estudos aprovados na universidade de destino que figurem no Certificado de Estudos e no Contrato, e que sejam incorporados a seu histórico acadêmico.

Todas as universidades participantes no projeto são, por sua vez, universidade de origem e universidade de destino. Em cada caso deverão assumir determinadas funções e compromissos na gestão institucional e acadêmica. Elas são responsáveis, através de seus coordenadores institucionais e acadêmicos, por conduzir o Programa em cada instituição, informando adequadamente aos docentes e aos estudantes sobre o mesmo. Devem assegurar a transparência na difusão da informação, seleção de estudantes, gestão e comunicação com os estudantes e com outras universidades, com a Unidade de Gestão e com o Ponto Focal de seu país. Para tanto, devem dispor das estruturas administrativas necessárias para garantir o correto desenvolvimento do programa de mobilidade, e participar das atividades necessárias para desenvolver o seguimento e avaliação das atividades do programa MARCA. Cada universidade deverá designar um Coordenador Institucional e um Coordenador Acadêmico para o Programa.

São várias as funções e responsabilidades das universidades de origem, como: emitir e publicar a Convocatória para selecionar os estudantes, assinalando a disponibilidade de vagas, critérios a ponderar na seleção e estudos ofertados; deverá ser realizada com prazo suficiente para a seleção e traslado dos estudantes nos períodos

prefixados; informar aos estudantes as condições do Programa, estabelecidas nos Termos de Referência: obrigações, direitos e compromissos, quantia de ajuda de custo e aspectos que não estarão cobertos pela mesma; selecionar os candidatos conforme os critérios estabelecidos na convocatória e comunicar o resultado desta seleção às universidades de destino, à Unidade de Gestão e ao Ponto Focal de seu país, informando todos os dados do estudante que sejam necessários para seu registro na universidade de destino. Cabe a ela estabelecer o Plano de Estudos com o estudante, os prazos mais apropriados para realizá-lo e garantir o reconhecimento do mesmo mediante o Compromisso Prévio de Reconhecimento de Estudos. O Contrato de Estudos, assinado por cada estudante, significará o conhecimento e a aceitação dos mecanismos de reconhecimento dos estudos de cada beneficiário do Programa.

Também é sua função assessorar aos estudantes nos trâmites relacionados com a viagem (Exemplo: obtenção de visto, passaporte, etc.), comprovar e garantir que a viagem esteja amparada por um seguro médico e de vida durante toda sua permanência na universidade de destino, sem que isso signifique que a universidade deva responsabilizar-se por pagar estes gastos. Por fim, cabe a ela confirmar com a universidade de destino que as condições de recepção aos estudantes enviados estejam garantidas, segundo as disposições do Programa.

Quanto às funções e responsabilidades das universidades de destino, destaca-se a elaboração e divulgação entre as universidades associadas ao Programa a informação necessária sobre os calendários acadêmicos, planos de estudos, sistema de avaliação e qualificações. Assim como elaborar e difundir entre as universidades associadas ao projeto a informação necessária sobre as condições de alojamento, alimentação, transporte local, requisitos migratórios para estudantes, transportes e meios de acesso desde o estrangeiro e toda informação considerada útil para facilitar a recepção aos estudantes.

Deve facilitar a incorporação e a matrícula dos estudantes. Os estudantes gozarão de todos os direitos acordados para os estudantes da universidade de destino. E também prestar assistência e dar informação aos estudantes durante a chegada ao ponto de destino, a busca de alojamento, a solução dos requisitos de imigração e alfândega e, em geral, tudo relativo a sua integração no novo ambiente universitário.

As universidades de destino informam aos estudantes sobre os programas das matérias compartilhadas, horários, aulas e instalações em geral, onde desenvolverá seu processo de aprendizagem e toda informação que facilite sua correta inserção na

instituição receptora. Dessa forma pode orientar o estudante, em coordenação com o Responsável Acadêmico da universidade de origem, se for necessário realizar mudanças no Plano de Estudo previamente acordado pelo estudante em sua universidade, para o qual deverá firmasse um novo Contrato de Estudo.

As universidades de destino devem incorporar o estudante aos serviços médicos, se os tiver, e restaurantes universitários e, em geral, aos serviços que oferece aos próprios estudantes regulares, assim como facilitar o acesso a todas as atividades sócio-culturais que se enquadrem na vida universitária. Por fim, realizar o seguimento acadêmico e a tutoria do estudante.

Ao remeter periodicamente à Unidade de Gestão e Coordenação Técnica do Programa os informativos sobre o cumprimento das obrigações dos estudantes e os informativos do seguimento administrativo, as universidades de destino emitem um Certificado de Estudo com as matérias aprovadas e qualificações obtidas.

Elas não podem exigir a nenhum estudante do Programa o pagamento de taxas universitárias, direta ou indiretamente, apenas certos gastos menores poderão ser exigidos pela universidade de destino aos estudantes do programa, nas mesmas condições que os demais estudantes locais (Ex. Carnê de biblioteca, etc.).

A universidade que não cumprir com o estabelecido nos Termos de Referência do Programa MARCA ficará impedida de participar, temporariamente ou definitivamente. A CRCES deverá acordar por consenso o caso anteriormente descrito.

O Coordenador Institucional é o responsável pela gestão institucional, desenvolvimento e continuidade dos aspectos organizacionais do mesmo. Normalmente, esta função, nas universidades que apresentam uma estrutura centralizada, está vinculada à área de cooperação internacional/ vinculação institucional da direção da universidade.

Dentre as funções e responsabilidades dos coordenadores institucionais das universidades de origem estão: garantir e assegurar uma interlocução fluida com as outras instituições participantes, com o Ponto Focal de seu país e com a Unidade de Gestão e Coordenação Técnica do Programa; informar adequadamente aos docentes e estudantes sobre as condições do programa estabelecidas nos Termos de Referência: obrigações, direitos e compromissos; assegurar a transparência na difusão, informação, seleção de estudantes e gestão; emitir e publicar a Convocatória para selecionar os estudantes, assinalando a disponibilidade de vagas, critérios a ponderar na seleção e estudos ofertados. Esta convocatória deverá ser feita em prazo suficiente para a seleção

e o traslado dos estudantes nos períodos fixados; selecionar, junto com o Coordenador Acadêmico, os candidatos ao Programa, conforme os critérios estabelecidos na convocatória; comunicar o resultado desta seleção às universidades de destino e à Unidade de Gestão, comunicando os dados do estudante que sejam necessários para seu registro na universidade de destino; assessorar os estudantes nos trâmites relacionados com a viagem (Ex.: obtenção de visto, passaporte, etc.), comprovar e assegurar que a viagem esteja amparada em um seguro médico e de vida durante toda a sua permanência na universidade de destino, sem que isso signifique que a universidade deva responsabilizar-se pelo pagamento destes gastos. E, finalmente, confirmar com a universidade de destino que as condições de recepção aos estudantes enviados estejam garantidas segundo as disposições do Programa.

Quanto às funções e responsabilidades dos coordenadores institucionais das universidades de destino devem informar adequadamente aos docentes e estudantes sobre as condições do Programa estabelecidas nos Termos de referência: obrigações, direitos e compromissos, além de informar adequadamente aos docentes e estudantes sobre as condições de alojamento, alimentação e transporte local oferecidas pela universidade de destino. Cabe a ele, também, facilitar a incorporação e a matrícula dos estudantes, para que eles gozem de todos os direitos acordados para os estudantes da universidade de destino, e apoiar e informar aos estudantes na chegada ao ponto de destino, na busca por alojamento, na solução dos requisitos de imigração e alfândega e, em geral, em tudo relativo à sua integração no novo ambiente universitário.

É sua atribuição incorporar o estudante do projeto aos serviços médicos, se houver, e restaurantes universitários e, em geral, aos serviços que oferece aos seus próprios estudantes regulares, assim como facilitar o acesso a todas as atividades sócio-culturais que se enquadrem na vida universitária. E também remeter, periodicamente, à Unidade de Gestão e Ponto Focal de seu país para o Programa os informes sobre o cumprimento das obrigações por parte dos estudantes acolhidos ao Programa e os informes administrativos que estas considerem necessários para o controle da adjudicação das ajudas de custo ao projeto.

Ele deve garantir que a universidade não exija a nenhum estudante, no Programa, o pagamento de nenhuma taxa universitária, direta ou indiretamente, na universidade de destino. Somente certos gastos menores poderão ser exigidos pela universidade de destino aos estudantes do programa, nas mesmas condições que aos estudantes locais (Ex. carnê de biblioteca, etc.).

São distintas as atribuições do Coordenador Acadêmico, que deverá coordenar todos os aspectos acadêmicos do intercâmbio, tais como: a elaboração do Compromisso Prévio de reconhecimento de Estudos, os Contratos de estudos e modificações em tais contratos quando for necessário.

As principais funções e responsabilidades do Coordenador Acadêmico da universidade de origem são: trabalhar em estreita cooperação com os professores do curso e com seu homólogo na universidade de destino; selecionar, junto com o Coordenador Institucional, os candidatos ao programa, conforme os critérios estabelecidos na Convocatória; estabelecer o Plano de Estudos com o estudante e os prazos mais apropriados para realizá-lo. Além de garantir o reconhecimento do plano de estudos mediante o “Compromisso Prévio de Reconhecimento de Estudos”. Deve assegurar que sejam incorporadas no Histórico Acadêmico do Estudante as disciplinas aprovadas, nas condições estabelecidas no Certificado expedido pela Universidade de Destino.

Quanto às Funções e Responsabilidades dos Coordenadores Acadêmicos das universidades de destino, estes devem trabalhar em estrita relação com os professores do curso em que atuarão como tutores dos estudantes, disponibilizando toda a informação necessária que facilite a correta inserção do Estudante; trabalhar em estreita relação com seu homólogo na universidade de origem, disponibilizando informação sobre programas das matérias ministradas, horários, salas e instalações em geral onde o processo de aprendizagem se desenvolverá e toda informação que facilite a correta inserção do estudante; disponibilizar ao estudante estrangeiro toda a informação sobre os programas das matérias oferecidas, horários, aulas e instalações em geral onde se desenvolverá o processo de aprendizado e de toda informação que facilite a correta inserção do estudante; orientar o estudante, em coordenação com o Coordenador Acadêmico da universidade de origem, no caso de mudanças no Plano de Estudos. E realizar o seguimento acadêmico e a tutoria do estudante. Por fim, emitir um Certificado de Estudos com as matérias cursadas e as qualificações obtidas.

Os Coordenadores Institucionais e Acadêmicos elaborarão um plano de contingência que permita mitigar eventuais prejuízos causados por fatos imprevistos, o qual deverá ser aprovado pelo Coordenador Acadêmico da Universidade de Origem. Caso seja apropriado, se procederá à assinatura de um novo contrato de estudos.

O Programa deverá garantir o transporte, o alojamento com condições suficientes para acompanhar os estudos do semestre, a alimentação completa (café-da-

manhã, almoço, jantar); a exoneração de custos acadêmicos (matrícula); o Visto e os Seguros médico e Seguro de viagem.

As unidades executoras estarão nas universidades a que pertencem os cursos acreditados pelo MEXA, que participem do Programa, com apoio dos Pontos Focais de cada país e da Unidade de Gestão.

Cada país cobrirá os gastos de traslado dos estudantes nacionais que enviar e os gastos de manutenção dos estudantes estrangeiros que receber. Os países de Origem têm a obrigação e, portanto, serão os responsáveis por cobrir os custos de traslado de seus estudantes nacionais até a universidade de destino. A modalidade utilizada será determinada internamente por cada Estado.

O Coordenador Institucional é o responsável pela gestão institucional, desenvolvimento e seguimento dos aspectos organizacionais do mesmo, e estão sujeitos aos direitos e obrigações estabelecidos neste Programa. Deverão enviar aos Pontos Focais a listagem com os candidatos selecionados, de acordo com os critérios estabelecidos na convocatória, e enviar ao Ponto Focal a data de saída e regresso dos estudantes, com antecedência mínima de 15 dias, para que se possam realizar as reservas correspondentes. Uma vez emitido o ticket, os trâmites e custos por mudanças de data correrão por conta do estudante. Também têm a obrigação de fornecer aos estudantes cópia de todos os documentos e formulários do Programa. Ele deverá estabelecer comunicação com os estudantes antes de sua chegada, e deverá oferecer aos estudantes selecionados, antes de sua partida, toda a informação necessária.

O Coordenador Acadêmico da universidade de destino deverá entregar ao estudante, antes de sua partida, a declaração de estudos cursados, contra entrega do formulário de avaliação. O certificado de estudo deverá ser enviado à universidade de origem por correio, com as qualificações obtidas pelo estudante. Ele coordenará todos os aspectos acadêmicos do intercâmbio, tais como: a elaboração do Compromisso Prévio de Reconhecimento de Estudos, o Contrato de Estudos e as modificações ao dito contrato quando for necessário.

Tanto os Coordenadores Institucionais como os Acadêmicos elaborarão um plano de contingência que permita mitigar eventuais prejuízos causados por fatos não previstos, aprovado pelo Coordenador Acadêmico da universidade de origem. Para o caso que corresponda se firmará um novo contrato de estudos.

O estudante com assessoramento do Coordenador Institucional deve providenciar seu Visto de Estudante nos casos em que se requeira: Brasil, Bolívia e

Chile. Para isso, deverão ter passaporte atualizado. Nos casos em que não se requer visto de estudante, o passaporte não será requisito necessário por tratar-se de mobilidade entre países limítrofes.

Os coordenadores deverão enviar ao Ponto Focal de seu país a data de ida e regresso dos estudantes, para que se possa realizar as reservas correspondentes. Isto deverá realizar-se com um mínimo de 15 dias de antecedência. Uma vez emitido o ticket, os custos por mudanças de data correrão por conta do aluno. Passagens de avião serão enviadas aos coordenadores com os dados da reserva dos vôos correspondentes, através de correio eletrônico para que estes informem aos alunos. Posteriormente, as passagens poderão ser enviadas através de ticket eletrônico ou em papel impresso.

Nenhum estudante nacional ou estrangeiro poderá viajar sem a contratação de um seguro médico de cobertura internacional. É responsabilidade dos coordenadores institucionais verificarem e assegurar-se que os estudantes estrangeiros ingressem no país com o referido seguro. Os estudantes nacionais não poderão sair do país sem seguro internacional.

No caso dos estudantes nacionais, os países de destino têm a obrigação e, portanto, serão os responsáveis por cobrir os custos de manutenção e alojamento do estudante durante todo o período de estadia do estudante, desde sua chegada até seu regresso, salvo no caso em que o estudante estenda sua estadia por motivos pessoais, sob sua absoluta responsabilidade. A modalidade utilizada será determinada internamente por cada Estado.

Cada universidade de destino será responsável por conseguir para o estudante a modalidade de alojamento que considere mais adequada, e poderá colaborar com todos os serviços de que disponha para oferecer uma estadia confortável e aceitável aos estudantes de intercâmbio. Deverá enviar ao Ponto Focal de seu país as possibilidades de alojamento e manutenção que utilizará ou que utiliza geralmente, antes do início das mobilidades.

Para os efeitos de prestação de contas dos custos de transporte: o Ministério da Educação do país, através do Ponto Focal, solicitará aos coordenadores institucionais que enviem: originais dos cartões de embarque de ida e regresso dos estudantes nacionais; comprovantes originais de transporte terrestre e nos casos em que não exista ticket eletrônico, fotocópia da passagem; no caso de extravio de cartão de embarque, declaração jurada com a firma do aluno; o original do comprovante de pagamento de visto de estudante.

Os coordenadores têm a obrigação de recordar a seus estudantes que deverão entregar esta documentação. Recordar que muitos estudantes nunca viajaram antes avião, e não sabem o que é um cartão de embarque, uma reserva, um ticket eletrônico ou uma passagem. Ao finalizar a mobilidade, os coordenadores institucionais deverão enviar ao Ponto Focal cópia do certificado de estudos que comprove que os estudantes cursaram efetivamente os estudos na universidade correspondente no prazo estipulado.

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA MARCA

Ao finalizar a mobilidade os coordenadores deverão completar um formulário de avaliação que enviarão ao Ponto Focal. Do estudante, este deve entregar a declaração de estudos cursados e receber o formulário de avaliação, o qual enviará cópia ao Ponto Focal.

Os Coordenadores Institucionais e Acadêmicos que participem do Programa MARCA aceitarão os requisitos e orientações do mesmo. Uma vez concluída a mobilidade, estes serão os agentes de promoção da experiência entre os futuros candidatos a participar do Programa, assim como da formação de futuros coordenadores.

Os coordenadores, os estudantes e os Pontos Focais dos países participantes deverão completar os formulários de avaliação ao finalizar o período de mobilidade. A Unidade de Gestão elaborará um informe final que será apresentado à Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior.

Ao finalizar a mobilidade os estudantes deverão completar um formulário de avaliação para efeito de registro de opiniões, aspectos positivos e negativos, de forma a poder melhorar a qualidade do Programa. O mesmo será entregue antes de seu regresso, contra apresentação da declaração de estudos cursados por parte do Coordenador Acadêmico da universidade de destino.

Os estudantes que participarem do Programa MARCA entenderão e aceitarão os requisitos e diretrizes do mesmo. Uma vez concluída a mobilidade, os estudantes serão os agentes principais de promoção da experiência entre os futuros candidatos a participar do Programa. Para tal poderão ser chamados para dar palestras informativas ou dar apoio aos estudantes selecionados nas convocatórias posteriores.

Ainda não foi possível fazer esta avaliação institucional de forma mais abrangente, pois o Programa MARCA é recente e os estudantes que iniciaram o Programa, bem como seus coordenadores acadêmicos e institucionais são poucos e ainda é um desafio a consolidação do MARCA.

Já foi agendado um encontro na Argentina para viabilizar a mobilidade do curso de Medicina, mas o Brasil não se fez presente, pois as universidades brasileiras: UNIFESP, Santa Casa de São Paulo e Universidade Estadual de Londrina alegaram razões políticas para não participarem.

Em 2008 foram realizadas duas mobilidades: primeiro e segundo semestres. A partir deste ano a CAPES informou em reunião que passaria a priorizar este Programa. O resultado foi positivo, porque não teve mais problemas com o pagamento das bolsas, e nem dificuldade na política de alojamento nas universidades brasileiras. Foi verificado que 50% dos Argentinos não vieram por não terem conseguido a concessão do visto.

Todos os Países Membros e Associados (Bolívia e Chile) têm participado com seus alunos do curso de Agronomia.

Porém verificou-se pouco retorno na avaliação dos alunos. Não há ainda um relatório oficial sobre o desempenho e os resultados do Programa MARCA. Mas os executores já estão elaborando um documento oficial. No site do MERCOSUL Educacional encontram-se todas as Atas das Reuniões, além de outras informações, no endereço: <http://www.sic.inep.gov.br>

Os ministros da Educação dos Países Membros e Associados solicitaram a CRCES (1998) uma relação de cursos com a finalidade de definir prioridade quanto ao curso de destaque para o MERCOSUL.

Definiu-se pelo Curso de Agronomia, cujo processo foi executado no MEXA – Mecanismo Experimental para Credenciamento dos Cursos de Graduação no MERCOSUL, em 2001, mencionado anteriormente.

Uma Reunião de trabalho realizada na Argentina, em 2004, com os coordenadores institucionais e acadêmicos. As Universidades Brasileiras participaram com os representantes da Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Londrina e Universidade de Viçosa.

O Uruguai foi o primeiro gestor do Programa MARCA (embora não tenha ainda enviado relatório das atividades. O segundo foi a Argentina, que apresentou novos formulários, normas e novos executores, registrada na ATA de número 207, e é a atual gestora. O Paraguai será o próximo gestor e o Brasil até o presente momento não foi indicado.

O Brasil, para dar continuidade ou aderir ao Programa MARCA, obrigatoriamente, deverá assinar uma Carta de Adesão, incluindo todas as universidades

brasileiras, e indicar o coordenador acadêmico e o institucional. Embora alguns docentes tenham participado do Programa em 2008.

O Programa MARCA contemplou alunos de graduação e docentes, e os gestores ainda deverão ser inseridos neste contexto, a partir dos próximos anos. O Programa de Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica - PIMA serviu de base para o MARCA .

CONCLUSÕES

O objetivo da presente monografia do curso de especialização em Relações Internacionais da Universidade de Brasília foi apresentar o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), e avaliar o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Reconhecidas – MARCA, entre 2006 e 2008, para verificar quais as principais ações do Brasil como agente na formulação e na implementação das políticas adotadas pelo Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), por meio do Programa MARCA.

Verificou os seguintes objetivos específicos: avaliação da reafirmação da Política Externa na área de Educação como fórmula positiva para fortalecer a Cooperação Internacional do MERCOSUL; verificação da implantação de uma Política de Formação de Recursos Humanos entre as Instituições de Ensino Superior do Bloco; verificação da promoção do desenvolvimento da integração regional.

Este estudo apresentou uma análise sobre os resultados do MARCA, por meio da avaliação documental, de caráter descritivo e explicativo, tendo como contexto da pesquisa os documentos de fontes primárias e secundárias do SEM e do MARCA. Notou-se um movimento de expansão de temas e de atores da política externa brasileira para o MERCOSUL com o viés econômico das negociações iniciais do MERCOSUL cedendo espaço a novas iniciativas por parte de novos atores – o SEM e o MARCA, e nova atuação dos Ministros de Educação dos Estados Partes. A iniciativa conjunta da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação, que efetivou o Plano de Ação, em 2006, e deu destaque ao Programa de Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Reconhecidas – MARCA.

No segundo semestre de 2006, o MEC/SESu, com a participação de 03(três) universidades brasileiras: Universidade de Brasília, Universidade de Viçosa e Universidade Estadual de Londrina e 05(cinco) universidades estrangeiras dos Estados Partes: Uruguai, Argentina e Chile, Paraguai, deram início ao MARCA, foram enviados 14 estudantes das universidades brasileiras, que receberam 14(quatorze) alunos estrangeiros. A autora percebeu como necessária uma análise documental das atividades do MARCA, pois, embora haja importantes projetos em fase de execução, alguns estudos afirmam que os avanços são muito lentos e a divulgação destes é muito fraca (*Plano de Ação 2006-2010*, p. 6, 2006).

A Comissão Regional Coordenadora de Ensino Superior - CRCES, em reunião em outubro de 2005, sinalizou sobre a criação da Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Credenciados - MARCA, em consenso de todos os países do MERCOSUL. As dificuldades na execução do Programa ocorrem, principalmente, devido às mudanças de gestores dentro do Ministério da Educação, o que dificultou a liberação de recursos financeiros para o MARCA. Em 2007 não houve mobilidade acadêmica. Na reunião dos executores foi abordada a continuação do curso de Agronomia, e a viabilidade de acrescentar as áreas de Engenharia Mecânica, Elétrica, Civil, Química e Medicina Veterinária. Esta meta está prevista para 2010.

É possível afirmar que o MARCA, assim como o MEXA e o PIMA, é uma incubadoras de uma América do Sul diferente da que temos agora. São as sementes e temos que cuidar para colher os frutos da Cooperação Internacional, não apenas no setor econômico, mas com o Setor Educacional, será possível construir um Bloco sólido no Setor Político e Social.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. TRATADO DE ASSUNÇÃO, em 26 de março de 1991. Assinado pelos quatros Estados Partes – a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/ Acesso 02/10/09.

_____. PROTOCOLO DE OURO PRETO, dezembro de 1994. Assinado pelos quatros Estados Parte – a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/> Acesso: 25/08/09.

_____. DECRETO Nº 1.901, em 9 de maio 1996, promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994).

http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/ Acesso 02/09/09

_____. DECRETO Nº 4/94. Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio, incorporados pelos Estados Parte.

_____. DECRETO Nº 7/95. Protocolo de Integração Educativa e Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e Reconhecimento de Estudos de Nível Médio e Técnico incorporados pelos Estados Parte.

_____. ATA DA XXXV REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO. Foz do Iguaçu, novembro de 2008.

_____. Decisão n. 13/98. Aprova o Plano Trienal 1998-2000 e as Metas do Plano Trienal para o ano 2000 do Setor Educacional do MERCOSUL, 12/10/98.

_____. MARCA – PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA REGIONAL PARA OS CURSOS ACREDITADOS PELO MECANISMO EXPERIMENTAL DE ACREDITAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO MERCOSUL, 2005.

_____. MERCOSUL. *Sistema de informação e Comunicação do Setor Educacional do MERCOSUL e do Grupo Gestor de Projeto de Indicadores*, 2008.

_____. RELATÓRIO DA ASSESSORIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2007.

_____. ESTUDO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO COMPARATIVO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL (2001-2005). Disponível em:

<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp> Acesso 20/10/09.

_____. DECRETO Nº 8/96, o Protocolo de Integração Educativa para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Parte do MERCOSUL, ratificada por todos os Estados Parte.

_____. DECRETO Nº 4/99 “Acordo de Admissão de Títulos e Graduação Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Parte do MERCOSUL”.

_____. DECRETO Nº 9/96, o Protocolo de Integração Educativa para a Formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação entre os Estados Parte do MERCOSUL.

_____. DECRETO Nº 5/99, o “Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Parte do MERCOSUL, a República da Bolívia e a do Chile”.

_____. DECRETO Nº 26/02 os “Acordos Emanados da XXIII Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL, Bolívia e Chile” também tratam o tema da educação no MERCOSUL.

MERCOSUR. *Plan del Setor Educativo del MERCOSUR 2006-2010*. Disponível em <http://www.mercosul.inep.gov.br/index>.

BIBLIOGRAFIA

- ANASTÁSIA, Fátima et al. MERCOSUL. *Estudo Analítico Comparativo do Sistema Educacional do MERCOSUL (2001 - 2005)*, 2008.
- AROCENA, Rodrigo. O Uruguai e as linhas divisórias da aprendizagem. *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política* / Projeto Raúl Prebisch n. 9, jan./mar. 2009, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, p. 211-232, 2009.
- BARBOZA, Mário de Jesus. Política de educação nos planos do setor educacional do Mercosul: a educação como elemento de integração e desenvolvimento regional. Cascavel, PR:UNIOESTE, 2009, 122 p.
- BESHARA, Gregory. Educação e política externa: a Experiência brasileira no Mercosul. 2007. 91p. (Monografia: Graduação em Relações Internacionais – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2007).
- FERRÉ, A. M. J. Juventud universitaria y Mercosur, in: HUGUENEY FILHO; CARDIM, C. H. (Org.). *Grupo de Reflexión Prospectiva sobre el MERCOSUR - 2003*. Brasília, FUNAG/IPRI/BID, p. 99-116, 2003, 496p.
- HERRERA, Luis Alberto Lacalle. Mercosur: proyecto e perspectivas. *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política* / Projeto Raúl Prebisch n. 6, abril/ junho, 2007, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, p. 196-204, 2007.
- JAGUARIBE, Hélio. MERCOSUL e a nova ordem mundial, in: HUGUENEY FILHO; CARDIM, C. H. (Org.). *Grupo de Reflexión Prospectiva sobre el MERCOSUR - 2003*. Brasília, FUNAG/IPRI/BID, p. 173-186, 2003, 496p.
- LAMARRA, Norberto Fernández, AGUERRONDO, Inês. Os planos de educação na América Latina. In: SAVIANI, Demerval. *Desenvolvimento e Educação na América Latina*. Tradução de Maura Iglésias. SP: Cortez, Autores Associados, 1983, p. 84-120.
- SENHORAS, E. M. e SILVA VITTE, Claudete de Castro. *Avanços e tropeços do MERCOSUL: Um Debate sobre os Quinze Anos de Integração Regional*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Instituto de Geociências (IG), 2006.
- SOMBRA SARAIVA, José Flávio. Cultura, indústria e integração: uma nova esperança no Mercosul, in: ÁLVAREZ, Gabriel, O. (Org.). *Indústrias culturais no Mercosul*. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p. 15-23, 2003.
- YARZÁBAL, L. Situação do Ensino Superior na América Latina e Caribe. In: ANAIS, Seminário Internacional da ANDIFES, BRASIL, set., p. 51- 74, 1996.
- VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, Integração e Processo Negociador*. Coleção Relações Internacionais, IBRI, 2002, 308 p.

PÁGINAS CONSUTADAS NA INTERNET

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL.

www.portal.mec.gov.br.

<http://www.rbep.inep.gov.br/index>.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discursos, entrevistas, artigos e outras comunicações. Disponível em:

http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/.

<http://www2.mre.gov.br/dai/protouropreto.htm>

<http://www2.mre.gov.br/dai/mercosul.htm>

MERCOSUR. <http://www.mercosur.int/>.

MERCOSUL EDUCACIONAL.

<http://www.sic.inep.gov.br>.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP.

<http://www.eac.fea.usp.br/eac/observatorio/metodologia-estudo-caso.asp>.

SCIELO. <http://www.scielo.br/>

ANEXO

Universidades no Programa MARCA e Cursos Credenciados

CURSOS	AGRONOMIA	MEDICINA	ENGENGARIA
Universidades no MARCA por País	ARGENTINA Universidad Nacional de Tucumán www.unt.edu.ar Universidad Nacional de La Plata www.unlp.edu.ar Universidad Nacional de Cuyo www.uncu.edu.ar Universidad Nacional de Nordeste www.unne.edu.ar Universidad de Buenos Aires www.uba.ar	ARGENTINA Universidad Nacional de Tucumán www.unt.edu.ar Universidad Nacional de Cuyo www.uncu.edu.ar Instituto CEMIC www.cemic.edu.ar	ARGENTINA Universidad Nacional de Cuyo www.uncu.edu.ar Universidad Nacional de La PLata www.unlp.edu.ar Universidad Tecnológica Nacional Facultad Regional Córdoba www.frc.utn.edu.ar Universidad Nacional del Litoral www.unl.edu.ar Universidad Nacional de Río Cuarto www.unrc.edu.ar
	BOLIVIA Universidad Mayor de San Andrés www.umsa.edu.bo Universidad Juan Misael Saracho www.uajms.edu.bo Universidad Mayor de San Simon www.umss.edu.bo Universidad Autónoma Gabriel René Moreno www.uagrm.edu.bo	BOLIVIA Universidad Mayor de San Simón www.umss.edu.bo Universidad Mayor de San Andrés www.umsa.edu.bo Universidad Privada del Valle www.univalle.edu	BOLIVIA Universidad Técnica de Oruro www.uto.edu.bo Universidad Mayor de San Andrés www.umsa.edu.bo Universidad Juan Misael Saracho www.uajms.edu.bo Universidad Privada Boliviana www.upb.edu Universidad Mayor de San Simón www.umss.edu.bo Universidad Privada de Santa Cruz www.upsa.edu.bo Universidad Privada del Valle

			www.univalle.edu
Universidades no MARCA por País	BRASIL Universidade Federal de Vicos www.ufv.br Universidade Estadual de Londrina www.uel.br <u>http://www.uel.br/prograd/</u> Universidade de Brasília www.unb.br	BRASIL Universidade Estadual de Londrina www.uel.br	BRASIL Universidade Estadual de Campinas www.unicamp.br Universidade Federal do Rio de Janeiro www.unirio.br Universidade Federal de Uberlândia www.ufu.br Universidade Federal de Campina Grande www.ufcg.edu.br Universidade Estadual Paulista www.unesp.br
	CHILE Universidad Austral de Chile www.uach.cl Universidad de Concepción www.udec.cl Universidad de Chile www.uchile.cl		
	PARAGUAI Universidad Nacional de Asunción www.una.py	PARAGUAI Universidad Nacional de Asunción www.una.py	PARAGUAI Universidad Nacional de Asunción www.una.py
	URUGUAI Universidad de la República www.universidad.edu.uy	URUGUAI Universidad de la República www.universidad.edu.uy	URUGUAI Universidad de la República www.universidad.edu.uy ORT URUGUAI www.ort.edu.uy

Fonte: http://programamarca.siu.edu.ar/brasil/universidades_brasil.html.

